

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

RODRIGO PEREIRA MARQUES DE AZAMBUJA

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO: TRABALHO
EDUCATIVO, TECNOLOGIAS DE GOVERNO E ECONOMIAS
MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso

Porto Alegre,

2015

RODRIGO PEREIRA MARQUES DE AZAMBUJA

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO: TRABALHO
EDUCATIVO, TECNOLOGIAS DE GOVERNO E ECONOMIAS
MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch.

Porto Alegre,

2015

Rodrigo Pereira Marques de Azambuja

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO: TRABALHO
EDUCATIVO, TECNOLOGIAS DE GOVERNO E ECONOMIAS
MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.
Orientadora: Prof. Dr^a. Patrice Schuch.

Data de aprovação: / /

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch (Orientadora)

Prof. Dr. Caleb Faria Alves

Prof. Me. Lucas Riboli Besen

CIP - Catalogação na Publicação

Azambuja, Rodrigo
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO: TRABALHO
EDUCATIVO, TECNOLOGIAS DE GOVERNO E ECONOMIAS MORAIS
/ Rodrigo Azambuja. -- 2015.
57 f.

Orientadora: Patrice Schuch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Antropologia Moral. 2. Tecnologias de Governo.
3. Socioeducação. I. Schuch, Patrice, orient. II.
Título.

Dedico este trabalho aos meus pais e avós, que sempre me apoiaram nos momentos em que mais estive ansioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço! Pois graças...

Ao apoio da minha família e a compressão por tantos momentos que me abster de sua companhia para realizar atividades acadêmicas e profissionais;

Ao apoio dos amigos acadêmicos Lucas Besen e Caleb Faria, que estiveram presentes na minha história estudantil, antes mesmo do surgimento desse trabalho, e que se mostraram também fundamentais neste momento final;

À orientação e sugestão inicial de tema de Patrice Schuch;

Aos amigos, companheiros e colegas do Grupo Experimental de Dança de Porto Alegre, do Programa de Educação Tutorial – Ciências Sociais e da Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos - DiverCidade;

Às mulheres extraordinárias que foram fundamentais para a existência deste trabalho: Carolina Nunes, Catia Segabinazzi, Daniela Besouchet, Darlise Brufatto, Larissa de Oliveira, Laura Gertz, Mariana Lessa, Michele Smiderle, Patrícia Nardelli e Sabrina Duarte – vocês foram meu apoio, além de um ombro consolador, uma tradutora e revisora exímia;

Aos servidores do TRF4, por sempre me terem atenciosamente e receptivos a minha presença em campo, principalmente aos servidores do SETASA;

Aos adolescentes do PET pelo sorriso e abraço amigo, porque no fundo me encorajaram a entregar essa monografia;

À vida que me deu tanto

... estou aqui hoje. Gratidão.

Eu não queria escrever mais uma vez sobre ‘eles’, isto é, os jovens, as minorias, os imigrantes. Eu queria mudar – quase por surpresa – essa relação confortável com nosso campo e dizer: ‘isso diz respeito a todos nós, isto é sobre uma sociedade que fizemos e aceitamos hoje, com alguns sendo intimidados, insultados, brutalizados, racializados, ao passo que outros olham em outra direção. (Didier Fassin)

RESUMO

Este trabalho consiste num estudo etnográfico acerca do Programa de Educação (PET) pelo Trabalho, realizado no Tribunal Regional Federal (TRF4) da 4ª Região. A pesquisa teve o foco na relação de trabalho dos supervisores dos estagiários PET com esses adolescentes, oriundos do sistema socioeducativo. Priorizou-se a ótica dos supervisores nas relações estabelecidas no ensino das práticas de trabalho e moral profissional. Trabalhou-se, portanto, com os conceitos relativos a uma Economia Moral, identificadas nas Tecnologias de Governo e nos discursos presentes em campo. O referencial teórico utilizado, Fassin (2014), privilegiou uma discussão antropológica fundada na moral e na ética presente em uma etnografia pública, ou seja, um trabalho que serve com uma postura crítica em sua análise e na utilidade pública do seu produto. Por último, também se utilizou de uma antropologia colaborativa para apresentar as reflexões de campo, em conjunto com duas das pesquisadoras referenciadas teoricamente. Duarte (2014) e Segabinazzi (2012) são, ao mesmo tempo que pesquisadoras, servidoras que trabalham com o PET no TRF4.

ABSTRACT

This paper consists of an ethnographic study of the Education through Work Program (Programa de Educação pelo Trabalho) carried out at the Federal Regional Court - 4th Region (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). The research focused on the work relation between the supervisors of PET interns with teens participants of this program. It prioritized the perspective of the supervisors in the bond established in the teaching of work practice and professional morals. The theoretical approach, therefore, is related to the Moral Economy, identified in the Government Technologies and in the discourse encountered in practice as well as Fassin (2014), that carried out an anthropological discussion founded on morals and ethics present in a public ethnography, i.e., a work that functions as a critique due to its analysis and its public usefulness. At last, it was also used a collaborative anthropology to present the resulting reflections of a study with two researchers that are mentioned in the references. Duarte (2004) and Segabinazzi (2012) are researchers and work with PET at TRF4.

LISTA DE ABREVIATURAS

DRH – Departamento de Recursos Humanos

FASE – Fundação de Assistência Socioeducativa

ICPAE – Internação Com Possibilidade de Atividade Externa

NACi – Núcleo de Antropologia e Cidadania

PET – Programa de Educação Pelo Trabalho

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SETASA – Setor de Ações Socioambientais

SIC – Salão de Iniciação Científica

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VP – Virando a Página

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	12
Prólogo: No meio do caminho _____	12
PERSPECTIVAS ANALÍTICAS: EM TORNO DA DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA E MORAL _____	19
Antropologia Pública e Moral _____	25
Antropologia Colaborativa _____	26
CRITÉRIOS DE INGRESSO, DISCIPLINA E MORAL _____	28
O Trabalho Educativo e seu Sentido Pedagógico _____	33
EXERCÍCIO COLABORATIVO _____	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	53

APRESENTAÇÃO

Prólogo: No meio do caminho

Percursos mudam. Este trabalho passou por várias mudanças. Quando me propus a escrevê-lo, inicialmente, idealizava uma pesquisa construída a partir da narrativa de adolescentes em medida socioeducativa, explorando a agência desses indivíduos e sua criatividade em forjar novas identidades e saberes. Este tema surgiu em decorrência da minha bolsa de iniciação científica com a Prof. Dr^a Patrice Schuch, que me inseriu em seu projeto “Práticas de Governo, cultura e subjetividade: etnografia dos circuitos de atenção à ‘juventude violenta’ ”. Schuch (2013) propunha realizar uma investigação percorrendo a trajetória dos adolescentes a partir de quando recebem uma medida socioeducativa ao seu percurso pelas instituições que o perpassam. A parte que me cabia nesse projeto seria observar o viés educacional, entretanto reformulações foram realizadas e, devido a dificuldades de ingresso em campo, dentro do Centro de Internação Provisória Carlos Santos, acabamos delimitando outras possibilidades de estudo dentro dessa temática. Mantive o desejo de trabalhar com os adolescentes, ainda oriundos da Fundação de Assistência Socioeducacional (FASE), porém não mais nesse espaço.

O Tribunal Regional Federal da 4^a Região (TRF4) passou a ser o campo de investigação, bem como as relações educacionais envolvidas no Programa de Educação pelo Trabalho (PET). Como referido, desejava construir uma narrativa que priorizasse os adolescentes quanto ao processo educacional e moral ao qual são submetidos. Desejava usar da literatura e de oficinas de criação literária, compondo com o projeto Virando a Página¹ (VP), para explorara sua agência contestadora. Cheguei nesse campo através do intermédio de minha colega de pesquisa Sabrina Duarte. Ela trabalha no TRF e fez a ponte entre a instituição e eu. A partir desse momento, passei a frequentar semanalmente o Setor de Ações Socioambientais (SETASA) para acompanhar um projeto pedagógico específico realizado para os adolescentes do PET.

Todavia, por conta de vários atravessamentos e situações que surgiram no decorrer desses dois anos que estive envolvido com essa pesquisa, principalmente a dificuldade de recorte em um tema tão abrangente, acabo apresentando o PET desde a ótica dos servidores que supervisionam os estagiários. Outros trabalhos sobre o PET foram

¹ Atividade educacional obrigatória realizada no PET. Consiste em uma oficina de leitura e produção literária. <https://youtu.be/jPSnT8F82QI>

realizados na instituição, entretanto nenhum teve o foco de pesquisa com os servidores e supervisores do Programa. Sendo assim, escolhi explorar este recorte para oferecer novas perspectivas a respeito do PET.

Meu trabalho versa sobre a relação entre os servidores e os adolescentes, lastrado no discurso do trabalho educativo e redes de afeto e moralidades. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o trabalho educativo tem finalidade educacional, portanto, sobrepondo-se ao trabalho com um fim produtivo. Entende-se que esse programa, proposto pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em parceria com a Fundação de Assistência Socioeducativa (FASE/RS), desenvolve pedagogicamente o educando e oportuniza uma prática laboral e vivencial que servirão como ferramentas pós FASE.

Na relação com os adolescentes que me acolheram nas oficinas do VP, sou grato pela partilha sincera e genuína. É pensando neles e nos sentidos de bem-estar que se pretende promover a esses garotos e garotas, em vulnerabilidade social, tidos como a rebarba irregular da sociedade, que converso com seus supervisores de estágio, adultos, com quem aprendem o ofício no tribunal. Busco identificar as razões desses servidores, sobretudo no que eles esperam dos estagiários, em contribuir com o PET assim como os sentidos e práticas que informam o trabalho realizado. Como problemática antropológica de estudo, busco contribuir na análise das tecnologias de governo, de indivíduos e populações, nesse caso mostrando o quanto tais tecnologias não dizem respeito somente a técnicas e procedimentos, mas também são constituídas a partir de moralidades específicas.

Abre parênteses

Acho interessante, antes de prosseguir com a apresentação deste trabalho, comentar como comecei o campo exploratório e os desdobramentos desse com o meu projeto de pesquisa anterior. Faço isso pois acredito que este processo tem consequências na minha relação com o Programa investigado. Como mencionei anteriormente, esse trabalho sofreu algumas transformações no último ano. De início, a partir de maio de 2014, trabalhei observando as atividades do VP semanalmente, reunindo os estagiários do PET e as graduandas da Universidade Pontifícia Católica do RS (PUCRS) que também em estágio buscavam concluir o curso de letras. A oficina era realizada no SETASA do TRF4, setor que gerencia o PET, e tinha como proposta de trabalho a leitura de obras

literárias, principalmente contos, e a discussão de textos para posterior produção textual dos adolescentes. Foi durante este período que mantive um maior contato com os adolescentes do PET, na época massivamente composta de meninos com a presença de duas ou três meninas. Atualmente, essa realidade mudou, pois boa parte dos estagiários do PET são meninas. Eu observava a dinâmica das atividades pedagógicas e também, em algumas situações, fui convidado para conduzir alguma atividade educacional. A servidora coordenadora do projeto, atenciosamente, inseria-me em todas as atividades, com a permissão dos adolescentes e das estagiárias da PUC, e quando as professoras estavam de férias passei a assumir junto da servidora a condução da atividade. Foram três encontros e desenvolvemos um trabalho de produção e intervenção em obras visuais e auditivas, expostas em celebração aos vinte anos de falecimento do poeta Mario Quintana. Estes textos foram publicados na 4ª publicação do VP.

Foi possível estabelecer grande vínculo com os adolescentes, bem como com os servidores do SETASA. Por conta dessas participações, acabei sendo requisitado ora como professor ora como pesquisador e antropólogo. Percebi com isso que sempre era necessário reestabelecer as minhas relações de pesquisa, principalmente para os adolescentes, pois eles recorrentemente me confundiam como servidor ou colaborador do SETASA. O resultado desses oito meses iniciais de trabalho de campo (exploratório) foi apresentado nos Salões de Ensino e de Iniciação Científica, Azambuja (2014a e 2014b), do ano 2014.

Fecha parênteses

Parte do meu trabalho se realizou em conjunto com outros pesquisadores. Abordarei isso a partir de uma antropologia colaborativa. Assim, minhas colaboradoras são tão merecedoras como eu da reflexão proposta aqui. Chamo atenção para o fato que minha colega pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI), Sabrina Duarte, foi a responsável por me apresentar ao PET. Enquanto servidora deste Tribunal, Duarte (2014) também investigou o PET como graduanda do curso de Ciências Sociais. A contribuição de minhas colaboradoras não se deu somente através da abertura do campo de pesquisa, mas de incentivo à reflexão teórica e analítica. Explorarei, doravante, a relação entre os servidores com o PET e seus estagiários, aproveitando, particularmente, as discussões iniciadas pelas publicações de Silva (2012), Segabinazzi (2012) e Duarte (2014), consecutivamente, nas áreas de psicologia, assistência social e ciências sociais,

dialogando pessoalmente com essas duas últimas pesquisadoras que convivem com o PET até hoje.

As pesquisadoras supracitadas apontam para a existência de “dois mundos diferentes”: o dos jovens oriundos da FASE e o da instituição em que eles estagiam. Embora estes limites sejam difíceis de serem traçados, proponho com este trabalho observar, a partir da relação entre os adolescentes e os servidores do tribunal, quais são as tecnologias utilizadas para a “nova” configuração das condutas e saberes a serem performatizados pelos adolescentes. Quais são os discursos morais envolvidos nessa ação? Qual é a compreensão do trabalho educativo para a instituição? Como os servidores estabelecem relações estáveis com os jovens que passam a ser orientados por eles? Ao identificar como os servidores se relacionam com os adolescentes e de que forma eles os orientam sobre as morais do *trabalho educativo* na prática cotidiana, pretende-se explorar os sentidos atribuídos pelos servidores a essa aprendizagem para o jovem estagiário e quais são os discursos morais em torno disso. Através do desenvolvimento de novas práticas e saberes sociais, quais são as tecnologias de governo engendradas para a permanência dos estagiários no programa? Como são negociadas e quais são as estratégias de ensino laboral?

A pesquisa está baseada no método etnográfico de observação participante. Segundo Clifford (1999), mesmo existindo certo mito no desenvolvimento do trabalho de campo, esse permanece na prática etnográfica com caráter de *status exemplar*, pois é construído a partir de intenso envolvimento intersubjetivo.

A observação participante obriga seus participantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. (...) O trabalho de campo foi algum tempo identificado com uma disciplina singularmente ocidental e uma ciência totalizante, a “Antropologia”, tais associações não são necessariamente permanentes. Os atuais estilos de descrição cultural são historicamente limitados e estão vivendo importantes metamorfoses. (Clifford, 1999, p.20)

Apesar de não ser o tema de Clifford (1999), certamente, uma dessas metamorfoses contemporâneas é a possibilidade de uma participação mais ativa dos sujeitos pesquisados no desenrolar das análises sobre as pesquisas feitas por antropólogos e antropólogas. Minha presença na SETASA os diálogos com as pessoas que lá trabalhavam não visou apenas compreender o que “eles” faziam, mas também buscou fazê-los participar ativamente da própria configuração dos termos da pesquisa e da análise dos dados. Por sua vez, a permanência no SETASA é central, uma vez que o setor é quem

desenvolve o programa e pôde me apresentar para os demais setores que orientam os “estagiários da FASE”. Observando o cotidiano dos referidos servidores com os estagiários, realizei dez entrevistas semiestruturadas com os primeiros na observância das categorias centrais do estudo: trabalho educativo, economias morais e tecnologias de governo. Todos os participantes da pesquisa foram informados da mesma e assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), suas identidades foram preservadas e também não serão divulgados os seus setores de trabalho no Tribunal.

As dez entrevistas foram com servidores de diferentes funções e áreas de formação. Apresento no quadro abaixo algumas informações sobre os entrevistados:

Nome	Tempo de Tribunal	Formação	# de Estagiários ²
Olga	3 meses	Serviço Social	18
Daiane	9 anos	Letras	18
Tamara	16 anos	Direito	18
Marta	11 anos	Psicologia	12
Odila	19 anos	-	8
Xavier	17 anos	Direito	3
Ellen	21 anos	Comunicação	9
Laura	1 ano	Direito	8
Lucas	25 anos	-	12
Bárbara	26 anos	Dentista	12

As entrevistas foram realizadas no próprio Tribunal, em espaços reservados como uma sala própria aos atendimentos individuais no SETASA ou na copa dos demais setores quando desocupada. Cheguei, inicialmente, até esses informantes citados através de sugestões das funcionárias do SETASA que recordavam de alguns supervisores que atuaram no programa e ainda estavam ativos no Tribunal. Após essa lista, recebi o ramal de todos e suas repartições e, do próprio SETASA, liguei um a um explicando a pesquisa e agendando um horário para entrevista. Tomei muito cuidado ao desenvolver as entrevistas com esses servidores, uma vez que as minhas questões remetiam a assuntos

² Muitos servidores não souberam me responder quantos estagiários, ao todo, tiveram. Assim, precisei solicitar ao SETASA o número de estagiários que passaram por cada setor. Essa estatística não é precisa, dado a grande rotatividade, retornos e saídas dos estagiários, mas serve como indicador de quantos estagiários já passaram por cada setor e há quanto tempo de experiência e casos cada um desses reúne.

morais e deflagravam a grande diferença sociocultural entre estagiários e os funcionários do TRF4. Tratar sobre esses temas sem promover segregação ou preconceito é bastante desafiador. Não quis submetê-los a qualquer sensação de julgo, aprovação ou desaprovação. Dando conta de uma Antropologia Moral, Oliveira (2015) traz a moralidade como problema antropológico:

O tema moralidade é frequentemente tratado no âmbito da filosofia; só muito raramente ele tem sido abordado pelos antropólogos. Estes parecem haver delegado o problema moral àqueles (talvez os filósofos) que se sintam à vontade para enfrenta-lo, sobretudo quando o desenvolvimento do tema pode conduzir o antropólogo para caminhos imprevistos e de difícil saída no âmbito da nossa disciplina. Refiro-me especialmente à questão do valor e, conseqüentemente, do juízo de valor – desde que a moral sempre o pressupõe –, tão ameaçador para quem (certamente, e acima de tudo, o antropólogo) foi treinado para exorcizar o fantasma do preconceito em qualquer de suas manifestações. (...) Não cabe ao antropólogo julgar – isso é função de juízes e moralistas, mas também do homem comum, que, imerso em seu cotidiano, é sempre impelido de julgar todo e qualquer ato (seu ou de terceiros) como condição de orientar seu próprio comportamento. (Oliveira, 2015, p1-2)

Tratar da moralidade, portanto, é observá-la como um fato social que configura comportamentos e põe em tensão grupos sociais. Quando se fala em adolescentes que cometeram ato infracional, facilmente se remete ao imoral como personalidade, e ao julgo do que seria melhor para a sociedade. Dificilmente se observa suas necessidades, vulnerabilidade e contexto social. Não se pretende entrar nesses méritos, mas sim referir-se às construções morais envolvidas no trabalho educativo e na expectativa de formação desses jovens. Por antropologia moral, devo mencionar, considero nas palavras de Fassin sentido para o que abordo neste trabalho.

... em outras palavras, que explora como ideológica e emocionalmente as sociedades encontram as suas distinções culturais entre o bem e o mal, e como os agentes sociais elaboram essa separação nas suas vidas cotidianas (...) Ela ajuda a entender os princípios avaliativos e as práticas operando no mundo social, os debates que eles suscitam, os processos através dos quais eles se tornam implementados, as justificações que são dadas para explicar o que deveria ser e o que realmente é. (Fassin, 2008 apud Schuch, 2015, p.11-2)

Para finalizar, faz-se também importante comentar acerca da proposta de Segarra (2015) por servir como referência para mim. Ele propõe refletir sobre os significados de uma produção colaborativa e o sentido público dessa ação enquanto ética antropológica, em sua etnografia sobre o Bloco de Luta pelo Transporte Público. Aproprio-me de alguns sentidos utilizado por ele para trazer uma análise colaborativa. Assim, devo salientar que minha inspiração se baseia mais em um exercício colaborativo como análise do que propriamente em uma antropologia colaborativa, embora ainda me questiono quanto à autoridade etnográfica deste trabalho. Dessa forma, opto por ampliar a construção do

último capítulo a um exercício de reflexão conjunta com Catia Segabinazzi, Natasha dos Santos (a nova estagiária do serviço social que atua com os estagiários do PET no SETASA) e Sabrina Duarte. Também faço da utilidade do conceito de *camadas de autoria*, trazido por Segarra (2015), para compor uma narrativa conjunta, ampla e potente.

A valorização e a potencialização dos cine-debates como ferramenta ética, crítica e política e a criação de conceitos (e práticas) como o de “camadas de autoria” são pequenos aportes com os que pretendo contribuir aos debates e métodos abertos nas ciências sociais. Trata-se de produzir uma ética da mobilização – da inquietude – “mecanismos para incitar novos modos de engajamento no mundo em que vivemos” (Schuch, 2015). (Segarra, 2015, p. 140)

No primeiro capítulo construo o campo de discussão antropológico, baseando-me no conceito de Tecnologias de Governo e na compreensão de Economias Morais, que se aplicam às práticas do PET. Discuto a importância de uma “etnografia pública”, conforme aponta Fassin, para o exercício da disciplina antropológica. Em seguida, no segundo capítulo, apresento o Programa e seu funcionamento, enquanto seleção e atividades realizadas pelos estagiários, destaca-se a observação e expectativas dos supervisores como a adesão ao PET. Sobretudo, com o desejo resultante de suas ações.

No terceiro capítulo realizo um exercício colaborativo de produção etnográfica, reunindo três informantes, duas das quais também representam minhas principais referências teóricas sobre o PET. Este capítulo mostra como se faz importante buscar novas formas de construir uma etnográfica múltipla, por exemplo, partindo de coautorias aonde os interlocutores possam ter voz ativa na reflexão dos problemas de campo. Essa relação, entretanto, não deve ser meramente textual, mas deve compor uma relação de campo baseada na colaboração.

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS: EM TORNO DA DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA E MORAL

A complexidade das relações humanas traz diversos dilemas à pesquisa social, pois muitas são as perspectivas e deslocamentos analíticos. Uma ação reflexiva que inclua o próprio fazer científico é, de fato, uma importante consideração da produção etnográfica, especialmente quando não se atenta exclusivamente às macro-relações (políticas, econômicas, sociais) e se observa a construção social de atores em particular que estão, em constante resposta, produzindo sentidos ao mundo que os cerca. Os jovens que representariam uma “juventude violenta” trazem consigo o forte estigma de serem oriundos de um programa de medida socioeducativa com privação de liberdade ou semiliberdade. Esses jovens ainda podem ser identificados como pertencentes a uma categoria de *juventude pobre*, segundo Scisleski et al (2012), que “adquire visibilidade especificamente atrelada à pobreza, à violência e ao uso de drogas, demandando soluções por parte do Estado” (p.21).

Assim, se desejamos entender melhor a referida categoria e como se constrói a subjetividade dos jovens a partir dela, sobretudo, precisamos observar como se empregam as políticas públicas e os circuitos de atenção à juventude. Também, como são identificados os sujeitos que recebem a atenção particular do Estado. A insistência de intervenções voltadas para essa juventude que, como destaca Scisleski et al., buscam reificar estratégias de contenção e de internação, sob o nome de uma proteção social, colocam-na em posição ainda mais excluída da sociedade, em uma espécie de “punição preventiva”. (*ibidem*, p.21).

As tecnologias empregadas para governar o comportamento juvenil são ferramentas que atribuem sentidos à juventude e ao papel do Estado, além de um discurso que significa o jovem advento de políticas públicas. Elas dizem respeito aos valores éticos e condutas esperadas socialmente do indivíduo, a expectativa que se tem do jovem e suas atribuições sociais. Schuch descreve que

as tecnologias de poder e administração da infância e da juventude estão estreitamente relacionadas a posições sobre o papel do Estado, contextos políticos e valores socioculturais mais vastos que os expressos nos códigos legais. A construção da criança e do adolescente como ‘sujeito de direitos’ é, portanto, resultado de processos amplos e diversos (...) que implicam não só o idioma dos ‘direitos’ formais, mas um conjunto de valores sobre família, autoridade, classe, segurança e harmonia social, os quais acabam constituindo crianças e adolescentes como sujeitos particulares, ao mesmo tempo que autoridades para a sua administração (Schuch, 2009, p105-6)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implementado em 1990, redimensiona autoridades e sentidos à infância e juventude na construção de uma linguagem de “sujeito de direitos”. A promulgação desses direitos traz ambígua relação (assistência/repressão) entre os jovens que gozam de proteção do Estado e os que são protegidos para não causarem riscos à sociedade. A transformação pós-ECA, seguindo uma tendência da universalização da infância, impactou para a infância e a juventude em políticas jurídico-estatais, assim, deixou-se de ter o “menor em situação irregular” para ser definido como crianças e adolescentes “sujeitos de direitos” (Schuch, 2009, p.125). As políticas de atendimento foram definidas ou em medidas de “proteção especial” (abandono, maus tratos, etc.) ou em medidas socioeducativas. Essas transformações são apresentadas por Schuch (2009) que ressalta o caráter de assistencialismo da justiça na classificação do jovem como “menor” e o paradigma dessa menoridade passa a ser absolutamente criticado. Segundo a autora,

[são] repressores, autoritários e discriminatórios, vistos como mecanismos privilegiados de um poder discriminatório em relação à infância e juventude. Tais críticas contribuíram para a divulgação de questionamentos acerca da constituição de poderes e domínios em torno da infância e juventude e da dinâmica de classes na sociedade brasileira. (Schuch, 2009, p.125).

No bojo dessa discussão, segundo Freitas (2012), alguns legisladores entendem as medidas socioeducativas como meios legais de promover uma sanção pedagógica, em uma proposta de socioeducação, diferente de uma ação punitiva. Neste princípio educativo é que se consolidou o sentido do trabalho educativo defendido no PET. Conforme consta no ECA

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividades regular e remunerada.

§ 1. Entende-se por trabalho educativo a atividade laborar em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalece sobre o aspecto produtivo.

§ 2º. A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou participação na venda dos produtos do seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Muito embora alguns supervisores do PET não tenham muito presente esse conceito, talvez por serem novos supervisores, a equipe do SETASA constantemente em suas ações e mediações reforça esse sentido. Conforme os objetivos do Programa, segundo Segabinazzi (2012) o PET pretende

Oportunizar aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na FASE-RS uma experiência de trabalho educativo no TRF4, buscando: desenvolver no adolescente atitudes e habilidades; despertar o desejo de aprender; buscar a informação e a construção do conhecimento; fortalecer e qualificar as relações estabelecidas nos diferentes espaços pelos quais o adolescente transita; fortalecer a autonomia e a identidade, propiciando o posicionamento crítico e a tomada de decisão frente às situações da vida pessoal e social. (SEGABINAZZI, 2012, p.31)

O programa se justifica, portanto, como reintegração social e profissional dos adolescentes. Como completa Segabinazzi (2012), “tal experiência possibilitará a vivência do cumprimento às regras e do respeito à figura de autoridade, refletindo no exercício responsável da cidadania e na ampliação das suas perspectivas de aproveitamento no mercado de trabalho” (p.30) Essas prerrogativas chamam para um sentido educador-reabilitador do programa. Ao mesmo tempo que propõe objetivos educacionais, voltados a questões civis, também reforça o caráter disciplinar cuja finalidade é a "reabilitação" dos jovens para um projeto de sociedade desejado. Fonseca et al (2009b) comenta, segundo sua pesquisa avaliativa da trajetória de meninas egressas da FEBEM-RS, essa dualidade entre cidadania e disciplinamento

“Lembrando que a cidadania tal como disciplinamento não são fatos, mas sim interpretações concretas, podemos melhor entender como o mesmo acontecimento pode ser visto simultaneamente como conquista de cidadania ou medida repressiva cunhada para conter a desordem social”. (FONSECA et al, 2009b, p77)

Assim, cunhado sob um papel educativo e cívico, o PET não se abstém de também ter sentido disciplinador aos adolescentes. Poder-se-ia dizer que a experiência de trabalho para o jovem nas condições de jovem aprendiz ou como medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade também cumpre a função de um processo civilizatório. Fonseca et al (2009b) comentam a cerca desse ponto.

A criança se torna, gradativamente, uma via de acesso por excelência para a introdução de atitudes e comportamentos convencionais no seio da família pobre. Enquanto a escola da elite se empenha em ensinar os fundamentos da *civilité* (isto é, o novo *ethos* bruguês), as escolas populares têm como meta uma educação moral em que os alunos são preparados para “entrar utilmente na sociedade com o conhecimento adequado À sua condição e com hábitos de ordem, docilidade, aplicação, trabalho e prática de deveres sociais e religiosos”. (FONSECA et al, 2009b, p.78)

Em nada difere do que fora percebido em campo, pois ao mesmo tempo em que acolham os jovens com suas problemáticas também lhes transmitiam discursos disciplinadores. Fonseca et al. (2009a, 2009b), por exemplo, expressa uteis reflexões sobre o disciplinamento e os sistemas institucionais de atendimento à população

desfavorecida (entende-se também a juventude violenta e pobre), apontando para a utilização da teoria foucaultiana nos conceitos de biopoder e de práticas de governo. O conceito de biopoder emerge para nos explicar algumas ações do Estado, por exemplo, através de políticas públicas, educacionais, de saúde, etc., que têm efeito no gerenciamento de condutas e num disciplinamento de populações. Entretanto, não se devem considerar os sujeitos passivos frente ao aparelho disciplinador.

Quando Foucault (2002) trata o poder soberano, mostra a transição ocorrida no século XVIII do poder de fazer morrer ou deixar viver para um novo direito, ou seja fazer viver e de deixar morrer. Em essência, Foucault está discutindo o impacto estatal sobre a vida dos cidadãos, numa “estatização do biológico”, pensados como populações ou indivíduos. Assim, temos dois tipos de poder ao final do século XVIII, destaca-se a existência de um poder exercido individualmente, caracterizado por ser disciplinador do homem e do trabalho. Foucault destaca, portanto, como as tecnologias presentes nesse poder disciplinador:

Todos aqueles procedimentos pelos quais se assegura a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. (...) também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam-lhe aumentar a força útil através do exercício, do treino, etc. (...) igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que deveria se exercer, de maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologias disciplinadoras do trabalho. (FOUCAULT, 2002, p.288)

O biopoder seria uma segunda tecnologia de poder, diferente da anterior – mesmo sendo elas categorias opostas, não significa que elas não possam coexistir no mesmo espaço e tempo. Na verdade, por estarem em níveis diferentes é que não competem uma com a outra –, têm caráter coletivo e se dirigem não ao disciplinamento, mas ao biopoder.

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no final do mesmo século, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2002, p.289)

Ao tratar de uma biopolítica, Foucault (2002) refere-se a fenômenos coletivos, “em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (p.294). Assim, refere-se a essa política um poder regulador e não um poder disciplinador, sendo a primeira tecnologia centrada na vida e a segunda no corpo, uma com efeito nas massas e a outra com efeitos individuais.

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regular. (...) A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, da outra. (FOUCAULT, 2002, p.302)

A moral, como conjunto de normas, apareceu em campo tanto expressada através de documentos como o Guia de Informações aos/às Estagiários/as como no discurso de supervisores e da equipe do SETASA (vide capítulo a seguir). Por exemplo, como aponta Duarte (2014), esta categoria surgiu espontaneamente também em muitas entrevistas realizadas com os adolescentes do PET, fazendo com que ela se dedicasse mais ao assunto. Observa-se que o uso no plural, moralidades, remete às diversas construções e negociações das morais vivenciadas em campo. Os adolescentes também traziam, por exemplo, referências de uma “moral do crime”, segundo Duarte (2014):

A imbricação do “mundo do crime” no cotidiano das periferias, produzindo regulações sociais tanto quanto outras esferas tidas como legítimas como o trabalho, a família e a igreja é um dos aspectos também trabalhados por Feltran (apud MALVASI, 2012). Em sua tese de doutorado, Paulo Malvasi (2012) investigou a relação entre a queda expressiva do percentual de homicídios em São Paulo (...) com a atuação do PCC _ Primeiro Comando da Capital, identificando que houve uma interdição do homicídio pela “lei do crime”, o que dá uma dimensão do poder que exerce. (Duarte, 2014, p91)

Evidente que existem morais diferentes mesmo entre os supervisores, por exemplo, enquanto alguns não se importam com pequenas infrações como usar escondido o Facebook, burlando formas de acesso, outros se mostram irredutíveis a tal comportamento (tratarei deste assunto no capítulo a seguir). Segundo Fassin (2014), uma

economia moral tem sentido na “economia de valores e normas morais de um dado grupo em um dado momento” (p.4), continua o autor:

Essa economia moral define o escopo da biopolítica contemporânea considerada como apolítica que lida com as vidas dos seres humanos. O estudo da biopolítica é particularmente crucial quando esta governa as vidas dos indesejados e outros que sofrem (Fassin, 2001a), imigrantes sem documentação embora neste caso, embora não fosse tão diferente se nós estudássemos o tratamento político oferecido aos pobres sem valor (Geremek, 1987), à subclasse urbana (Wacquant, 1999), ou à juventude delinquente (Fassin, 2004), oscilando entre sentidos de comiseração, por um lado, e de preocupação com a ordem por outro lado, entre uma política de piedade e políticas de controle. (FASSIN, 2014, p.5)

Logo, ao mesmo tempo, objetiva-se acolher os adolescentes e também controlar seus comportamentos. Nas palavras de Fassin, teríamos “compaixão” e “repressão” como essa dialética envolvida nas questões que envolvem determinada economia moral. Ou seja, ao mesmo tempo que se tem compaixão pelos sujeitos através de “lugares de escuta” também se pensa em políticas regulamentadoras e repressivas através do disciplinar. Uma razão humanitária pautada no acolhimento e compaixão ao outro, na percepção da igualdade de direitos enquanto seres humanos, diante daquilo que se entende por controle normalizador de tomar decisões pelas vidas dos outros, pois esses passam a ser inaptos a decidir os rumos de suas vidas. Weintarub e Vasconcellos (2013) comentam à luz da obra de Fassin:

É a razão humanitária que surge então como força contemporânea inegável: para Fassin (2010), são os sentimentos morais que se tornam um elemento importante das políticas contemporâneas, uma vez que elas alimentam os discursos políticos e legitima práticas coletivas de vitimização e compaixão. De modo bastante singular e inédito, a razão humanitária direciona-se ao estado mais desfavorecido da sociedade – seja aos que pertencem ao mundo próximo, como aqueles visados pelas políticas de atendimento aos usuários de drogas nas cidades francesas e mesmo brasileiras, seja aos que pertencem ao mundo distante, como, por exemplo, pós-catástrofes planetárias, como os tsunamis Indonésia e no Japão ou terremotos no Haiti. “Por sentimentos morais entendemos as emoções que nos conectam ao mal-estar dos outros e que nos fazem querer corrigi-los” (Fassin, 2010, p.7). Criar empatia, corrigir, sanar: termos correntes nesse embricamento de campos de ação e de propostas políticas. (Weintarub e Vasconcellos, 2013, p.1051)

Kopper (2014) também comenta o objetivo de Fassin em construir o conceito de economia moral, preocupado com o humanitarismo, o que se dá, segundo ele, na passagem de um substantivo abstrato para um adjetivo político.

Com efeito, de um lado, tem-se a introdução de sentimentos morais na política, que seria indicada de uma dinâmica emocional que conduz nossa atenção ao sofrimento dos outros – a tal ponto que muitos conectam afetos com valores, sentimentos como altruísmo, moralidade com emoção. De outro lado, o controle ambíguo sobre esses sujeitos é possível de ser exercido apenas na medida em que sejam reconhecidos como pobres e desafortunados. É na

imbricação destas duas dimensões que a eficácia dessa gramática injuntiva ou, mais precisamente, desse economia moral se concretiza. (Kopper, 2014, p.364)

Por último, cabe ressaltar as considerações Weintarub e Vasconcellos (2013) quanto à interpretação dos conceitos de “biopolítica” e “biopoder” para Fassin.

Fassin (2009) observa que, nos anais do curso de 1979 de Michel Foucault, o conceito de “biopolítica” referia-se à ideia de população e de uma tecnologia de um governo pode interferir em problemas específicos da vida das pessoas, tema que perduraria desde o século XVIII. Fassin, por sua vez, propõe compreender a “biopolítica” não apenas com um política de vida, como seria sugerido pela etimologia da palavra, mas como uma política sobre populações, entendidas como comunidades de seres vivos – é preciso então relacionar, a partir desse conceito, a ideia de vida e a ideia de população e observar que, por exemplo, imigrantes e indesejados em geral têm muito menos oportunidades e expectativa de vida na França do que outras populações ou grupos sociais. A diferença em termos de tempo e qualidade de vida é concreta sob a ação biopolítica (Fassin, 2001a). O conceito de “biopoder”, por sua vez, seria não um poder sobre a vida, mas um poder sobre a conduta humana – é preciso repensar como a governabilidade e a vida se inter-relacionam nas práticas políticas para poder pensar em outras políticas da vida. (Weintarub e Vasconcellos, 2013, p.1052)

Antropologia Pública e Moral

A opção por abordar a discussão ética antropológica e moral, neste trabalho, faz-se por endossar o sentido político e público da etnografia, sendo ela potente ferramenta de crítica social. Defendida com sentido “público”, a etnografia para Fassin tem postura crítica e indissociável a essa prática disciplinar. Sua potência é destacada, pois:

...reside na articulação entre realidade e certo modo de construção de verdade. Isto é, reside não só em sua capacidade de perceber fiel às vidas reais dos sujeitos investigados, mas no tipo de verdade que constrói, na qual se articula muitos níveis de realidade. É nessa medida que a etnografia deve atender a uma dupla exigência: de compreensão – desafio de escutar uma experiência de fazê-la funcionar em cenário amplo de debate – e de verificação, no sentido de responsabilidade pela enunciação de verdades que, embora parciais, não são menos empíricas e teoricamente fundamentadas. (Fassin, 2011 apud Schuch, 2015, p.19)

O meu trabalho de campo esteve muito envolvido pelas questões referidas e justificou-se, desde o projeto de pesquisa, como uma possibilidade de observar o Programa a partir do investimento moral feito aos adolescentes. Essa situação coloca esses atores em constante cálculo de valores e significados na produção das suas vidas. Fez-se necessário o aporte teórico buscado em Fassin para compreender economias morais que avaliam a vida dos sujeito. Segundo Schuch, em uma leitura de Fassin:

Trata-se, portanto, de incluir não somente a experiência dos atores, mas também a dimensão dos ‘valores’ e ‘significados’ na produção da vida. Isto é, interessa problematizar o modo como seres humanos são tratados e tem as suas vidas avaliadas e distinguidas, não somente por tecnologias de governo, mas também por dimensões morais relativas à produção dos significados e na

vivência de suas biografias e coletivas. Esta, conforme Fassin (2009), não é uma empreitada contrária, mas complementar ao estudo das práticas de governo: “essa perspectiva não são contraditórias, mas complementares: ao analisar novas formas da arte de governo, pode-se apreender o seu conteúdo político”. (Fassin, 2009 apud Schuch, 2015, p.10).

A moralidade como problema antropológico, defendida por Fassin, deve ser deslocada de um campo de debates em dois sentidos, como comenta Schuch (2015): a primeira mudança enquanto proposta que iria de “uma antropologia da moral/das moralidades” para o que se chama de “antropologia moral”. “A ‘antropologia moral’, portanto, reivindica uma flexibilidade imanente ao próprio trabalho investigativo em torno do tema e não apenas dirige-se ao estudo antropológico da moral” (p.12). Em segunda mudança, observando Fassin, estaria em um condicionamento analítico às relações locais de normas e valores e emoções e/ou da sua comparação” (Schuch, 2015, p.12)

Como observado em campo, o discurso humanitário, também presente nas práticas do PET, tem caráter duplo, pois ao mesmo tempo em que é uma "biopolítica", é também uma "política da vida", como apresenta Fassin. Ou seja, enquanto biopolítica, é dirigida à promoção da vida dos sujeitos, em conformidade às tecnologias de governo; já enquanto política da vida, atribui sentido à vida, como valor supremo, e às particularidades dos sujeitos. Segundo Schuch (2015), “a antropologia moral, de acordo com Fassin, deve enfrentar tais modalidades compreensivas dos modos e sentidos de valorações e definições; para tanto, a noção de “economia moral” é um potente instrumento analítico” (p.14).

Antropologia Colaborativa

A opção por apresentar os resultados conforme um exercício colaborativo veio estrategicamente como uma ferramenta de interação em campo. Assim, propus articular a pesquisa junto de duas das informantes mais relevantes da pesquisa, pois elas tanto eram servidoras do TRF4 como também pesquisadoras do PET. Algumas considerações devem ser feitas, quanto à metodologia utilizada: a) este exercício colaborativo não se apresenta apenas como um estilo de escrita, foi uma das formas encontradas para apresentar as relações colaborativas entre os autores das diferentes pesquisas sobre o PET até hoje apresentadas; b) acompanhei o trabalho (institucional e acadêmico) de Duarte (2014) e Segabinazzi (2012), mas não foi possível encontrar melhor maneira de apresentar esse envolvimento com elas. Aceito, assim, possíveis críticas quanto ao caráter colaborativo

dessa etnografia, uma vez que as interlocutoras-colaboradoras aparecem nomeadas apenas no último capítulo; c) Por conta disso, muitas ressalvas devem ser feitas antes de querer propor está como uma forma de Antropologia Colaborativa; d) mesmo assim, pretendo tornar esta etnografia múltipla e acessível a todo o público do TRF4, dessa forma, propus este formato colaborativo que permitiu a escuta de outros autores e a reelaboração de pressupostos de pesquisa.

Quanto à metodologia etnografia colaborativa, segundo Rappaport (2007), deve-se lembrar que essa atividade é assumidamente uma proposta de campo e não meramente forma de escrita. Assim, quando proposta pela autora, teve o objetivo de:

descobrir porque a aproximação não é apenas moral ou eticamente necessária – discussão que ocupou grande parte dos debates na literatura antropológica recente (Scheper-Hughes, 1995) –, senão para pensar qual é o potencial da colaboração para nutrir o pensamento antropológico. Em particular, quis enfatizar que o trabalho em colaboração consiste em algo mais que escrever. Enquanto a colaboração envolve frequentemente o tipo de coautoria promovida por Clifford, mais significativo ainda resulta o espaço que abre ao processo de co-teorização com os grupos que estudamos, proporcionando tanto a nossos interlocutores como nós mesmos novas ferramentas conceituais para dar sentido às realidades contemporâneas. (Rappaport, 2007, p.200-201)³

Também uso da referência dos trabalhos de Kopenawa e Albert (2015) e Sagarra (2015) para qualificar esta etnografia, destaco a importância desse último autor quanto à sua proposta dos cine-debates. Espelho-me nesta ideia para apresentar minhas considerações finais através de um debate com as demais pesquisadora que também investigaram o mesmo Programa. O resultado, também, se deu um processo de construção coletiva constituindo esta monografia.

³ Tradução do autor.

CRITÉRIOS DE INGRESSO, DISCIPLINA E MORAL

Em 2014, para comemorar os dez anos do Programa de Educação pelo Trabalho (PET), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) realizou um painel de debates na instituição. Intitulado “da vulnerabilidade social à cidadania: aspectos legais e sociais da medida socioeducativa”, participaram como painelistas João Batista Costa Saraiva (juiz aposentado da área da infância e juventude), Cláudia Barros (defensora pública) e Ana Paula Mota Costa (ex-presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS), ainda com a mediação do Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior e atores do campo da socioeducação do Estado do Rio Grande do Sul. Este momento, também marcante para mim pelo início do campo exploratório, foi a celebração dos dez anos do Programa. O debate atingiu a lotação máxima do auditório inferior daquela Corte. Servidores; técnicos de psicologia, pedagogia e serviço social; agentes socioeducativos; representantes e a diretora da FASE; juízes; defensores públicos; familiares dos adolescentes; professores universitários; estudantes de psicologia, serviço social, letras, ciências sócias e demais campos que atuam com os jovens; fazem parte da ampla rede de atenção à juventude. Nem todos esses atores convivem diariamente como os adolescentes no Programa, mas certamente todos estendem suas expectativas e valores à vida desses meninos e meninas em conflito com a lei.

Em uma retrospectiva do desenvolvimento do PET, os painelistas destacaram a importância do programa para a construção da cidadania dos adolescentes e a troca de experiências com os servidores daquela Corte. Segundo Costa Saraiva, a sociedade tem um perfil formado da criança e do adolescente em conflito com a lei. Programas como o PET, completa Saraiva, ajudam-nos a desmitificar esse personagem e mostram o quanto eles são, na verdade, parecidos com os nossos filhos ou jovens que convivemos e que precisam ser reconhecidos como sujeitos e protagonistas das suas histórias.

O início do PET, surpreendentemente, como referiu Ana Paula Mota, lembrando da época que ocupava o cargo de presidente da FASE, partiu de uma disponibilidade “sem a gente pedir” do TRF, que como lembra a partir do presidente do Tribunal, na época, ofereceu tal oportunidade aos adolescentes da FASE. É muito raro oportunidades assim serem oferecidas de livre vontade aos adolescentes da FASE, justamente como sugere Saraiva, pelo estigma negativo que esses jovens têm frente a sociedade.

O PET foi constituído através da parceria entre o TRF4 e a FASE, no ano de 2004, com o propósito de oferecer uma experiência de estágio que evidencia a noção de trabalho educativo aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Internação Com Possibilidade de Atividades Externas (ICPAE). É importante salientar que as ações dentro do tribunal não são correspondentes às medidas socioeducativas. Embora a instituição seja considerada parte da rede e os funcionários dos Recursos Humanos, que coordenam o projeto no TRF4, frequentemente participem dos círculos de compromissos dos adolescentes ou das audiências na vara da infância, o Tribunal tem total autonomia com o Programa. A relação FASE e TRF4 é mantida apenas para o ingresso dos adolescentes no PET. Através de seleção, os adolescentes são escolhidos para o estágio, sendo antes indicados pela equipe técnica da FASE. Se o adolescente recebe a extinção da medida, após ter ingressado no estágio, ainda pode permanecer no Programa por um ano, podendo renovar por mais um ano.

Os benefícios oferecidos aos adolescentes, com idade entre 16 e 21 anos, exigem a permanência dos mesmos em uma “boa conduta” de trabalho. Ou seja, além de os estagiários precisarem cumprir uma carga horária semanal de 20 horas, estarem matriculados no ensino regular e ter no mínimo a quarta série, não podem ter baixa frequência nem acumular advertências (três advertências equivalem a uma falta não justificada, após três faltas não justificadas o estagiário é automaticamente desligado). As advertências consistem em tecnologias de governo, regulatórias de comportamento e domesticação do corpo.

Eu percebi que existe um guia de informações aos estagiários. Quais são as normas do SETASA e do Programa presentes nesse guia? Como elas foram criadas? Em que circunstância isso aconteceu?

- Eu vou pegar ele, até para poder lhe falar todas elas.

[busca folder]

- Aqui estão sistematizadas todas as regras, e são muitas regras, tem que ter regras, sabe?!

Elas foram estabelecidas pelo SETASA?

- Sim. Ao longo do tempo, assim, ao longo das necessidades que a gente via que estavam sendo criadas pelos grupos... então: A gente tem essa regra das faltas e advertências. O que é uma advertência? Seria chegar atrasado numa atividade pedagógica, como no virando a página ou não passar no SETASA, quando chega aqui. Não sei se você percebeu que sempre que eles chegam. O que é mais importante? É a gente ver que eles estão aqui... entendeu? Como são poucos, agora, a gente sabe todos os que estão aqui dentro. Mas eles têm que passar no SETASA quando chegam. Então, se não passou; se chegou atrasado; se ficou namorando nos corredores; se saiu prédio do Tribunal, porque os que estão tutelados pela FASE não pode sair do Tribunal. Teve alguns caso que saíram para fumar. Gurias que começaram a namorar um

terceirizado ou, sei lá..., saíram por algum motivo. Isso é uma advertência. (Daiane)

Segundo Olga, estagiária de serviço social que realiza a seleção dos estagiários, não há critérios para a seleção dos estagiários, apenas os critérios do edital:

Todas as seleções que eu fiz, todos foram chamados, porque o objetivo é dar oportunidades, então é muito difícil dizer que essa pessoa não merece ou não está adequada para uma oportunidade. Mas o que pode ser um corte seria questões de horário, por exemplo, o adolescente só tem o turno da manhã, como o caso da menina que temos agora. A adolescente só tem o turno da manhã, então precisaremos achar um setor que acolha ela pela manhã. Não tem um critério específico. Tem que ter o horário condizente com que temos. Não vou dizer que tem um perfil bom ou um perfil ruim, porque acho que isso é muito subjetivo e eu não concordo muito. Acho que tudo dá para ir levando, adaptando e trabalhando junto. Talvez seja uma visão meio utópica, mas tem que ser assim, porque senão que trabalho que iremos fazer? (Olga)

A seleção dos estagiários consiste, então, em apresentar o Programa e explicar as normas de conduta e regras, como também trouxe Daiana, descritas no “Guia de Informações ao/à Estagiário/a”⁴. No momento da seleção se observa as atividades que os estagiários saberiam fazer, se tiveram algum curso ou trabalho anterior, para melhor adequá-lo aos setores com suas respectivas funções. Em geral, esse guia apresenta informações sobre as faltas, as atividades pedagógicas, as adequações do vestiário, valor do auxílio, comprometimento com o horário, etc. Inicialmente, pensava que essa normatização acontecia na seleção, para justificar qualquer desligamento futuro, entretanto Olga expõe que durante o desenvolver do estágio é que vai se configurando e reforçando isso, e que existe certa flexibilidade.

- Em relação as normas de vestimenta, o não uso de bonés ou correntes, causa algum estranhamento aos estagiários? Isso é abordado na seleção?

Na seleção não. Até porque, pela minha percepção, isso tudo é um pouco negociável. Eu não sei se tem alguma proibição aqui no Tribunal. Se tem, eu não estou sabendo. A gente sempre conta com o julgamento deles. Se acontecer alguma coisa de diferente, então a gente dá um “toque”. Por exemplo... “olha só, está muito curto” ou se o supervisor diz “não, está vindo de um jeito que não está dando para aguentar” então a gente sempre faz uma abordagem, mas sempre de uma forma bem sutil para eles não se sentirem mal. (Olga)

Duarte (2014) também percebe algumas sutilezas em relação ao Tribunal ser o lugar de “manter um padrão”, como os adolescentes se referem. Entretanto, parece que essas negociações e conformidades são instituídas no cotidiano.

No Tribunal são instituídos controles e regulações de comportamentos dos adolescentes para se adaptarem ao que espera a instituição de todos que nela

⁴ Anexo 1-3

transitam. (...) A disciplina é exigida em relação ao cumprimento dos horários, das regras da instituição (uso de calça pelos homens, proibição dos bonés e correntes) e da restrição de alguns comportamentos (uso de drogas, uso “abusivo” do Facebook, falar muito alto, escutar música ou celular em volume alto, utilização do celular durante as atividades pedagógicas). (Duarte, 2014, p.31-2)

Segundo Duarte (2014), mesmo o tribunal sendo “uma instituição formal e altamente hierarquizada a maioria dos adolescentes parece se adaptar bem ao ambiente (...), o que ocorre é que eles questionam e discutem algumas regras e estão sempre tentando negociar os limites”(p.32). O limite máximo, quando se percebe a não adesão do estagiário, mesmo que o SETASA seja bastante flexível quanto ao tempo de aprendizagem de cada estagiário, é o desligamento do programa. Duarte (2014) traz o caso de uma adolescente que ilustra bem essa preocupação do setor. Explica que em decorrência da perda do namorado, assassinado pela disputa do ponto de tráfico, a adolescente entrou em depressão e acabou tentando se suicidar, por isso acabou não perdendo o vínculo com o estágio. Mas na medida que ela se recuperou, tendo assimilado a perda do namorado, retornou ao estágio e passou a ter uma conduta displicente: não estando comprometida com a escola, acumulando faltas não justificadas, entre outras.

Em conjunto, a equipe [do SETASA] entendeu que não era pedagógico simplesmente aceitar o descumprimento das regras e concordou em fazer o desligamento gradativo, dando apoio para que ela seguisse seu projeto [de ter um negócio próprio]. Aproximadamente um mês após ser comunicada dessa orientação, Renata deixou o estágio por sua vontade. (Duarte, 2014, p.73)

Segabinazzi (2012) chega a concluir que,

O domínio da linguagem culta e de novos códigos sociais protegem os jovens sujeitos às medidas socioeducativas das várias formas de discriminação que lhes são aplicáveis, bem como aos jovens pobres e portadores de formação escolar reduzida. O convívio com funcionários públicos que apresentam, em quase totalidade das vezes, formação superior, além de fazerem estágio em uma instituição (similar a que executa o controle social de suas ações e aplicou-lhes o cumprimento de medida socioeducativa), possibilitam aos jovens, que praticaram ato infracional, vislumbrem o lado positivo de vir-a-ser elite. (Segabinazzi, 2012, p.75)

Ainda que se vislumbre, como consequência do programa, a incorporação de um *habitus* que supostamente os proteja das várias formas de discriminação, é recorrente que os jovens ainda sofram de estigmatização dentro do próprio Tribunal. Por exemplo, nunca há vagas suficientes que possam dar conta de acolher a capacidade máxima que o Programa pode receber. Segundo Tamara, servidora que trabalha junto ao PET, das vinte vagas disponíveis para o estágio, nunca se conseguiu preencher em sua totalidade. Para

ela isso representa a maior evidência de que os servidores do Tribunal ainda receiam receber estagiários do PET. O estigma em torno dos estagiários é grande.

Tratando de outros servidores, os relatos quanto as adesões ao Programa são diferentes. Alguns servidores buscaram o SETASA por iniciativa própria e outros mencionam uma determinada responsabilidade social que deveriam cumprir.

... foi uma iniciativa do SETASA. Eles nos disseram que precisavam de estagiários, apresentaram os estagiários disponíveis, então, perguntaram se aceitaria eles, tendo a minha experiência de ter trabalhado com eles em outro setor. Aceitei, mas aqui dentro houve uma outra realidade. – *Como foi essa realidade?* A realidade de que algumas pessoas tinham resistência, porque no outro setor que trabalhei havia o desconhecimento de como seria trabalhar com eles, pois não havia outras referências, era a primeira vez que um setor recebia os garotos, mas não teve aquela coisa de “ai porque não pode”. Recebemos e deu muito certo. Aqui já teve o pré-conceito. Eram muitos servidores também, diferente do outro grupo. Aqui cada um vem de uma realidade de setor diferente, tinham experiências diferentes. Muitas pessoas aqui já tinham visto o PET de outra forma, com experiências não positivas. (Odila)

Eu pedi para o diretor para ter alguém do programa trabalhando conosco. E ele até resistiu um pouco no início. “quem é que vai ser responsável?” Eu disse “eu”. E ai foi bacana porque ele concordou. Claro que as gurias [servidoras do SETASA] nos preparam. E, assim, eu cavei um espaço no setor. Eu acho bacana o Programa, acho que tem que ter mais espaço aqui dentro do Tribunal. Sempre que posso, eu falo com todos os colegas para abrir um espaço, né, para ter mais gente e dar oportunidade para um número maior de adolescentes. Eu acho bacana, eu gosto de trabalhar com adolescentes e de estar ajudando na educação. (Marta)

Soube do PET com as meninas do SETASA e como somos ... [setor de destaque no Tribunal] achamos que deveríamos deixar um espaço aberto para essa gurizada que vinha ali do PET, porque nem todos os setores aceitam a condição de trabalhar com estes jovens. Então, em termos de instituição ... [referido setor] deveria ter, digamos, “uma obrigação de” fazer parte desse programa. (Ellen)

Na época nos foi imposto que tínhamos que ter um estagiário. Pela direção nós não teríamos, mas foi imposto e nos adaptamos. Nos adaptamos a ter meninos e meninas complicados, de uma realidade que não conhecíamos... Nos aproximamos até um certo limite. Sabíamos que o problema existia e tentávamos ajudar até um limite e, dali para adiante, passávamos para a assistência social. Ficou muito bem definidos os papéis de cada uma. (Xavier)

Embora o PET seja constantemente divulgado no TRF4, através do site da instituição ou por ações internas e campanhas do SETASA, muitos entrevistados mencionaram certa invisibilidade do Programa. A isso se atribui uma das maiores dificuldades na gestão do mesmo. A ideia de invisibilidade, talvez, mais se associe a condição de invisibilidade social desses adolescentes do que das próprias ações do SETASA.

Se por um lado há uma invisibilidade do sofrimento do cotidiano, há uma hipervisibilidade na construção social do adolescente infrator. A construção de vulnerabilidade e a violação dos seus direitos permanecem invisíveis, como nos casos relatados anteriormente, bem como a realidade de que eles são as maiores vítimas e extermínio. Por outro lado, quando personificam um problema de segurança pública, tornam-se visíveis, mas apenas para serem segregados. (Duarte, 2014, p.60)

Anualmente, o SETASA consegue a divulgação do Programa na televisão, por conta da sessão de autógrafos do VP na feira do livro. Também o PET, enquanto iniciativa do Judiciário, recebeu duas condecorações de honra pelo destaque no meio jurídico. Aos nove anos de atividades, o reconhecimento veio com o Prêmio Patrícia Aciolo de Direitos Humanos e com o Prêmio Innovare. Em mais de uma dessas atividades, constatei a presença de autoridades do meio jurídico como dos próprios presidentes da FASE. Questiono o quanto essa “invisibilidade” dentro do Tribunal não é um receio dos outros servidores em participar do Programa devido ao estigma já comentado. A dinâmica entre os setores e os estagiários intervém diretamente na construção subjetiva dos atores em questão. Tanto adolescentes como servidores passam a se aproximar de realidades distintas as suas e a conviver nas tensões existentes entre ambos sistemas. A estratégia para desmistificar a imagem estereotipada dos adolescentes, que afastam muitos setores no Tribunal a receberem novos estagiários do PET, é propor a aproximação da dita “juventude violenta” através do convívio cotidiano com esses jovens, tornando-os sujeitos particulares com nomes, histórias e identidade, promovendo relações de afeto e cumplicidade. Também são realizadas ações por parte do SETASA como painéis e workshops destinado aos servidores.

O Trabalho Educativo e seu Sentido Pedagógico

O SETASA constantemente reforça o sentido do Programa como trabalho educativo que tem sentido pedagógico relativo ao desenvolvimento pessoal e social do educando. Distinto de um trabalho formal, o jovem tem garantido o direito, sobretudo de aprendizagem no exercício de um trabalho cujo fim não seja meramente produtivo em questão econômica, mas educacional e moral. Como aponta Segabinazzi (2012), o jovem em medida socioeducativa tem histórico de abandono da formação educacional formal, do mesmo modo que não teve referência saudável com o mundo do trabalho. Logo, acaba “mais despreparado para enfrentar exigências educacionais e profissionais aplicáveis a outros jovens” (p28). Essa constatação abre parâmetro para reforçar o sentido moral e

salutar do trabalho na sociedade, conferindo a ele atributos educativos e de formação identitária. Para o TRF4, a possibilidade de estágio no PET é uma forma de contribuir à socialização dos adolescentes, fragilizada pela internação e sua vulnerabilidade social. Para Segabinazzi (2012)

oportuniza-se ao adolescente participante do PET, com base na noção de trabalho educativo, uma aprendizagem que não se descuida do acompanhamento da escola formal e da formação profissional, mas propicia também um contato com novos valores capazes de permitir o aprimoramento de uma capacidade reflexiva nas escolhas, no caso de jovens sujeitos à alta vulnerabilidade social em razão de exposição à violência, à pobreza, às privações materiais e afetivas, bem como dificuldade de acesso a políticas públicas e fragilidade ou inexistência de laços familiares. (Segabinazzi, 2012, p.9)

Estando vinculados ao PET, os estagiários atuam em diversos setores do TRF4 e suas atividades são consideradas, relativamente, simples. Entretanto, segundo a maioria dos entrevistados, requer muita atenção por parte dos servidores no auxílio aos estagiários. Quesitos como insegurança, despreparo, dificuldades de apropriação de vocabulário, são mencionadas como as maiores dificuldades de adaptação dos adolescentes em realização do estágio.

A Magda [estagiária], quando ela começou, era bem fechada. Ela é bem fechada. Ela tinha dificuldade de comunicação, não olhava muito no olho. Também são até costumes que eles trazem lá da FASE. E aí, no início, eu puxei ela para uma sala reservada, porque eu ia falar com ela e ela não me olhava. Então eu disse “você vai olhar no meu olho e vai responder... eu quero que você responda, seja bom ou seja ruim, eu quero que você fale... a gente vai se olhar no olho, falar coisas boas ou ruins...” incrível, ela falou o que queria e acho que foi a única vez que nós sentamos e eu fiz uma conversa mais ‘pesada’ assim com ela. (...) Depois, tinha umas transcrições que ela fez, o grupo todo fazia de uma senha que eles conseguiam entrar no Facebook, que ela entrou, questão de horário, assim... mas eu não sou de cuidar. Eu sentei com ela e disse eu não cuido de chegar o horário. Isso eu trabalhava com os outros, também, deles serem responsáveis. Os que trabalham comigo eles que têm que saber que é de tal hora a tal hora. (Marta)

A Michelle [estagiária], eu acho que chegaram a chamar a atenção dela em relação aos erros de português, mesmo, quando ela entrou eles eram bem gritantes e hoje já estão a quase zero. Eu não sei se era falta de atenção ou o que era. O Nicholas [estagiário], sim, era bem mais difícil. Ela tem dias que me entrega dois ou três processos e ele entregava um por semana. Então era bem diferente mesmo. (Laura)

Os servidores que trabalham com os adolescentes, nos diferentes setores que recebem os estagiários, são referidos pelo SETASA como supervisores de estágio. A sua função, enquanto adulto de referência, é de orientar o estagiário na jornada do trabalho educativo, instruindo quanto às atividades do estágio, quanto às dinâmicas do setor, etc. A relação entre o servidor e o estagiário é apoiada pelo SETASA, e todas as demandas

excedentes do estágio (como controlar o vale alimentação, os contatos com a FASE ou a família dos educandos, escola, psicólogos e toda a rede de apoio) é exercida pelo SETASA. Dessa forma, fica sob a responsabilidade dos supervisores, muitas vezes através de uma relação de afeto, reforçar um discurso moral acerca do trabalho, ou seja, das qualidades necessárias para um profissionalismo. Mesmo que indiretamente o SETASA realize isso, nas prescrições morais definidas no Guia de Informações, são os supervisores que estão mais próximos dos estagiários em maior parte do tempo. Para cada supervisor há uma estratégia diferente de manter a relação com o educando, entretanto todos têm o reforço do caráter educativo e não produtivo do Programa. Embora em alguns casos se admita que o trabalho pareça muito mais laboral do que intelectual, o resultado não é cobrado como metas a serem alcançadas.

– E ele era cobrado mais por isso? Ele não era cobrado, porque o nosso chefe é bem tranquilo. Eu nunca vi cobrarem dele, assim, produtividade. Tanto que era bem baixa. (Laura)

São muitos os setores que não recebem e são poucos os que recebem, porque depende das pessoas que trabalham lá. Aqui a gente tem todo o tipo de pessoas. Sempre tem alguém no setor que vai tomar a iniciativa, sempre tem aqueles mais resistentes e... não sei. Eu penso que é difícil de generalizar, mas há de tudo. Muitos não confiam nos estagiários, outros têm preconceito dos ‘menores infratores’. Muitos querem uma força de trabalho e eles não são. Você tem que ensinar, eles não são técnicos em nada. Eu acho que, nas reuniões de supervisores, deveria ser mais dito. Porque aqueles que são supervisores antigos têm isso claro, mas os novos não têm a menor ideia de que é assim. E eu já me peguei em reunião ficando surpreendida com as pessoas falando, poxa... Eu até já dei o retorno para as gurias [SETASA]. Cadê o preparo com as pessoas do setor. Poxa, que eles [estagiários] são, cobaia?, por que eles tem que ficar sendo analisados para ver se podem ir para o setor. E o setor, será que não tem que ser preparado? Acho que falta isso no programa: preparar as pessoas para aprender com eles, para saber o que é o programa e quem são essas pessoas que eles estão recebendo. Eu ouvi falas que me assustaram. Falas de preconceito, como se as pessoas fossem de outro mundo, de considerar força de trabalho, de exigir apenas o trabalho. Não é essa a ideia. A ideia é de desenvolver uma relação e isso muito maior. (Marta)

Sabe-se que o índice dos adolescentes que, ao sair da FASE, abandonam o estágio e/ou retornam a repetir atos infracionais é grande. Ouvi, assim, vários relatos do insucesso ou desapontamento por parte dos servidores com a difícil realidade vivida pelos estagiários. Alguns servidores mencionaram sentir-se culpados por não ter, segundo eles, dado o apoio necessário ao estagiário antes mesmo dele abandonar o Programa. O sucesso ou a “medida” necessário para recuperar os estagiários de uma situação de vulnerabilidade é bastante relativo. Realmente, depende de um ponto de vista e de

expectativas do que é certo ou errado, bom ou ruim. Nesse sentido, caberia discutir a noção de moral. Alguns relatos sobre esses sentimentos:

Eu diria que é muito mais uma esperança do que uma expectativa, sabe? Tenho esperança de eles verem que esse é o caminho certo. É isso aqui que vocês têm que fazer e é isso aqui... é assim que vocês vão levar a vida de vocês. Todo mundo trabalha. Por que vocês não vão trabalhar. Sabe para mostrar, realmente, que esse é o caminho certo, eu diria. E que eles consigam terminar os estudos, não digo nem para fazer uma faculdade, mas seguir trabalhando, para ver que não tem essa... que não tem muitos lugares que vão ter preconceito com eles, que vão pensar porquê eles vieram para o PET e vão tratar eles como colegas, o que eles realmente são. (Laura)

A expectativa que eu tenho [do estágio] é que eles possam, na vida deles, seja o Ricardo que voltou para o tráfico, seja o que foi trabalhar no supermercado, seja a Magda que está aqui, que eles tenham a lembrança que em um ano ou dois eles tiveram uma relação de trabalho boa, em um lugar de trabalho em que eles eram amados, respeitados, que era bom. Que isso fique! Que seja um alicerce em algum lugar deles seja para o que for que eles venham a fazer depois, seja para a realidade qual for lá fora. Que seja um período bom da vida deles, saudável de trabalho de relação com pessoas fora do crime. Eu penso que a relação que se tem com as pessoas no trabalho é uma relação que você leva para casa, para a relação com os amigos, com a escola. Então, eu acho que isso é importante. E esse é o prepara que eu vejo faltando nos novos supervisores. (Marta)

A minha expectativa não é nem expectativa, é um sonho de tentar orientar eles para a vida, para que eles deem uma guinada geral, assim, e sigam em frente. Apesar de todas as dificuldades que eles irão ter na rua, porque você tem que querer fazer as coisas erradas para fazer e, também, se você quiser fazer a coisa certa, por mais que você tenha um deslize uma vez na sua vida e agora você diga “vou mudar”, você vai fazer a coisa certa. A minha expectativa é essa. De que a gente possa ajudar eles, possa influenciar eles para ver que a gente estudando, trabalhando, a gente pode ter uma vida legal. A gente pode ser uma pessoa honesta uma pessoa que vai trabalhar, que vai ter filho, que vai ter uma família, mesmo tendo dificuldades, você pode ter uma vida regrada, certa, sem se envolver com outros tipos de delitos. Que isso o meio leva a fazer. (...) Eu fico um pouco frustrada. No caso de não dar certo. Por exemplo, como no caso do Gustavo, ele falou que estavam tentando vender drogas para ele. Eu devia ter conversado mais com ele na época. Ter dito “te segura, não dá o braço a torcer, nega...” Só que a gente não sabe, também. Eu devia ter insistido mais, mas também imagina se lá ele chega e põe a vida dele em risco. Se o cara ameaçar ele? O que adianta eu daqui dizer algo? Ele vai dizer “ah ela naquele mundinho maravilhoso...” Então, eu fico um pouco frustrada de não poder mudar. (Ellen)

Eu não penso muito sobre o programa, mais sobre o caso do Marcos. Era no setor a ideia de que, pelo menos, um adolescente nós conseguimos salvar. De uma certa forma isso é gratificante. Pegamos um menino que estava no primário e conseguimos larga-lo na faculdade. Para quem não tinha nenhuma perspectiva. Mas nós não costumamos pensar no programa em si, pensamos mais no caso dele em específico. (Xavier)

Neste capítulo, investiguei as relações travadas entre os servidores do tribunal e os adolescentes estagiários, principalmente, quanto às moralidades firmadas a partir do trabalho educativo. As diversas regras e valores estipulados dentro do Tribunal, em muito, podem ser consideradas tecnologias de governo. Quando os supervisores exigem, por exemplo, determinada postura, comprometimento com tarefas, cumprimento de horários, estaremos tratando das tecnologias disciplinares. Entretanto, quando essas moralidades são expressas a um objetivo global, como o de reduzir o preconceito no Tribunal, reduzir os índices de criminalidade e ociosidade praticados pela população adolescente, estaremos tratando de uma biopolítica. O próprio sentido de “reabilitação”, também me chama atenção para um significado massificante, pois, mesmo que não exista uma fórmula pronta para cada adolescente, existe uma imagem desse jovem de bem, moral, estudioso, comprometido com seu trabalho e subordinado aos seus imediatos. O que poderia ser melhor para um adolescente não seria diferente para outro, embora esses dois tenham habilidades e personalidades muito diferentes.

Outro elemento a ser destacado pelos dados da pesquisa é uma espécie de empatia humanitária que foi observada em campo, baseada nas relações de afeto estabelecidas pelos supervisores com os estagiários do PET. A intenção de muitos servidores, ao acolher como estagiários os adolescentes oriundos de medidas socioeducativas, é de corrigir ou reabilitar as condutas dos adolescentes a determinada moral de trabalho e coletivismo. Expectativas que na visão dos supervisores trariam-lhe sucesso aos planos futuros dos adolescentes e o entendimento deles como cidadãos moralmente corretos. O que deve ser ressaltado, nesta dimensão, é o discurso moral como estruturante do trabalho educativo, como tecnologia de governo a serviço do Estado. Ao qualificar o programa como já foi apresentado por prêmios do Judiciário, indica-se um interesse em estimular intervenções que não sejam punitivas de segurança pública, mas instrutivas de ordem moral sobre os sujeitos. Entretanto, na medida em que o sentido do trabalho educativo se localiza na ideia de reabilitação e colocação “no caminho certo”, pode-se dizer que tais valores morais fazem parte das tecnologias de governo destinadas a formar tais adolescentes infratores, não se colocando de forma exterior ao próprio sentido da medida socioeducativa.

EXERCÍCIO COLABORATIVO⁵

Rodrigo – Eu convidei vocês (Catia Segabinazzi, Sabrina Duarte e Natasha Santos) para essa conversa, porque gostaria de propor em meu trabalho um exercício de Antropologia Colaborativa. O meu interesse é construir um texto em colaboração com outros pesquisadores deste campo. Como vocês foram pesquisadoras que tiveram aplicações sobre o PET e, ainda trabalham no Programa, resolvi convidá-las para essa conversa. Não cobrarei que vocês me tragam referências teóricas para esta conversa, entretanto espero que possam indicar caminhos à discussão do meu problema de pesquisa. Então, na realidade, quero dizer a vocês não se preocupem em tentar separar as suas experiências no campo com o trabalho acadêmico que vocês realizaram. Por questões éticas, eu apaguei todos os nomes e setores dos meus respectivos informantes, mas para este texto penso em permanecer com a autoria das falas de vocês. Por serem reflexivas e talvez não tratem de casos específicos, colocarei os nomes de vocês como referências garantindo os direitos autorais. Quero acordar isso com vocês. Querem que eu assim faça?

Sabrina – Por mim não tem problema

Catia – Também

Natasha – Sem problema

Rodrigo – OK! O que acontece. A ideia é transcrever a conversa, que está sendo gravada, embora ache que seja mais fácil discutir os assuntos e depois reunir eles em determinada ordem, ainda não sei como fazer. Enfim, acabarei editando em uma conversa como estamos fazendo aqui. Quarta-feira (da próxima semana) eu trarei o trabalho pronto para que possamos interferir novamente e ver se todas concordam com o resultado. Leríamos o texto e discutiríamos sua pertinência, além de avaliar o contexto total do trabalho. Eu pensei em trazer todas as entrevistas transcritas, mas não foi possível transcrever todas elas a tempo. Assim eu fiz um apanhado geral dos tópicos que perpassavam todas elas (estigma, relações pessoais, moralidades, disciplinamento, responsabilidade social). Tratarei esses tópicos para discutirmos e juntos pensarmos o quanto eles se relacionam com a questão central do trabalho, que é a construção moral e as práticas de trabalho no PET.

⁵ Este exercício foi proposto às servidoras do SETASA e realizado no dia 27 de novembro de 2015 no próprio TRF4.

Rodrigo – Eu realizei dez entrevistas. Constatei que todos os entrevistados eram da área das humanas, com exceção de uma pessoa que tinha a formação de odontologia. Chamou a atenção que, talvez, todas as pessoas que participam do PET já teriam uma visão humanizada da sociedade. Elas tinham uma opinião, mais ou menos, organizada a respeito das questões social e fizeram críticas quanto ao sistema socioeducativo e ao Programa. Parece ser esse um perfil dos supervisores. Também, o que motivava os servidores a colaborarem com o Programa era determinada noção humanista de responsabilidade social com os adolescentes, com exceção de dois casos que partiram de “dar o exemplo” institucional dentro do Tribunal e sentir-se em obrigação com essa atividade. Enfim, não que outras questões também não importassem a esses dois setores, mas o discurso que apareceu na entrevista foi esse. Os demais se colocaram como favoráveis à causa e reconhecendo a importância do Programa. Esse foi o panorama das minhas entrevistas.

Sabrina – Explica de novo a questão do “parecer exemplo”, não entendi direito.

Rodrigo – Um setor que é visto como ...

Catia – Estratégico

Rodrigo – Sim. Estratégico, assim o setor se afirma na responsabilidade de mostrar referência para os demais setores a aderirem no Programa.

Sabrina – Como um exemplo para todo o Tribunal?

Rodrigo – Sim. Nesse sentido de exemplo....

Natasha – Mais na imagem que se tem por ter um estagiário do PET.

Rodrigo – Exato. Todas essas coisas que envolvem o preconceito. Aliás, que é um dos tópicos que eu estou trazendo: o estigma que se tem em relação aos estagiários. Dentro desse estigma aparece o servidor vendo o estagiário com determinada incapacidade de autonomia. Na verdade, para uma servidora dentre todos os outros, era o contrário. A autonomia era muito importante, pois ela criava essa autonomia como estratégia para a supervisão. Ao estabelecer a confiança e situar os limites (o que tanto ela como o estagiário deveriam fazer) ela passava a não ficar cobrando dos estagiários todo o tempo. Também chamar para uma conversa franca. Não para “puxar as orelhas”, mas para estabelecer uma conversa olho a olho. Dizer o que o estagiário deve esperar dela, o que ela espera do estagiário, então lidar com o trabalho junto. Das outras entrevistas, apareceu que se perde um tempo importante nessa relação repetindo diversas vezes o que se tem que fazer, então, talvez, por isso que os outros setores não gostem ou queiram receber. As funções que são exercidas pelos estagiários são básicas, não

precisando de tanto preparo. Um outro tópico levantado é das relações interpessoais, ou seja, como o afeto influencia na supervisão e faz com que o estagiário se sinta confortável e acolhido no ambiente de trabalho. Isso é algo que também aparece no trabalho da Sabrina: o quanto o acolhimento faz parte do Programa. Bem eu estou fazendo aqui um grande apanhado, não sei como vocês preferem discutir isso...

Catia – A ideia é discutir o que já apareceu?

Rodrigo – Sim. Discutir como isso poderia ser interpretado e como poderíamos ver esses dados como análise do PET. Por que, o que acontece, nesse último capítulo. Eu separei as cinco categorias aqui que me pareceu importante reforçar teoricamente, referentes ao segundo capítulo, então articularíamos agora para ver se elas comportam, dentro da nossa opinião, uma explicação do Programa.

Catia – Eu acho que essas colocações, quanto à motivação que cada setor apresentou, tenha a ver, também, como, no decorrer dos anos, a gente foi vendendo o programa. Como era o convencimento e como a gente encontrava a justificativa. Então, por exemplo, essa questão do setor. Alguns setores, sim, são estratégicos. É importante que tenhamos, pois dá visibilidade para o programa e mostra que a instituição reforça ele. Ela não o esconde, mas põe na vitrine. A outra questão é dos setores que teriam capacidade de produzir, em termos de trabalho, e que seria adequado ao perfil deles [estagiários]. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, na informática. Os adolescentes que tinham mais jeito para a informática, ou seja, mais conhecimento ajudaram bastante nesse setor. Ajudaram a montar os computadores, enfim. A outra questão, são os setores que apresentam uma motivação humana. Uma sensibilidade para isso, então você parte dentro desse convencimento de dar uma oportunidade para eles: de ter uma nova perspectiva, de enxergar o mundo de maneira diferente de onde eles vivem. Isso é importante. Isso bate e volta. A gente usa o argumento. Tem que saber com quem se está lidando para saber qual argumento utilizar. O que estamos percebendo agora, para os próximos ingressos e para a sobrevivência do programa? Deveremos fazer algumas adequações, “explorando” a sensibilidade, em alguns, e por outro lado receber adolescentes mais qualificados. Por que recebemos adolescentes a partir da quarta série. Um adolescente com a quarta série aqui não tem praticamente o que fazer. Está complicado por conta da informatização de todos os setores.

Sabrina – Até os próprios servidores tiveram que fazer capacitações e serem realocados entre os setores, porque começou a complexificar o trabalho, por conta do processo eletrônico...

Catia – Então isso é um desafio para nós.

Rodrigo – Em uma das entrevistas, o servidor disse que o estagiário de referência dele entrou exatamente quando o processo passou a ser digital. A partir disso, o setor preferia que o estagiário ficasse com os processos físicos 1) porque facilitaria o trabalho dele, uma vez que seria mais fácil manusear o processo e 2) poderia se perceber qualquer erro que ele viesse a cometer, rastreando o processo, diferente do que em um processo virtual que poderia se perder. Realmente, a questão referente a ociosidade deles, e os problemas com o Facebook (usado em excesso quando se diz “não têm nada para fazer”) é algo que os servidores reclamaram bastante. Algo problemático na primeira relação, durante o processo de adaptação do adolescente, quando é necessário maior convívio. Eu fiz essa pergunta a todos os entrevistados: como foi a adaptação do estagiário no setor? Quais foram os problemas que aconteceram? O que precisava ser negociado nessa fase? Então, parece-me muito importante as colocações da Sabrina quanto ao afeto e a importância da relação para o ensino das tarefas no setor. Enfim, os estagiários precisam acompanhar essas transformações. O trabalho é muito técnico.

Rodrigo - Por exemplo, uma entrevistada comentou que, enquanto o estagiário transcrevia o áudio das audiências, sendo uma tarefa bem prática, os outros servidores do setor precisavam trabalhar com questões jurídicas e do direito. Não seria uma atividade para um estagiário PET e nem do ensino médio, por exemplo, precisa ser um estagiário de ensino superior. Isso mostra o quanto existe um saber, um conhecimento muito específico, que não tem como o estagiário acompanhar. Outra coisa que me chama atenção é o quanto os servidores percebem a necessidade de treinar não só os estagiários, mas os próprios servidores. Preparar o grupo para receber o adolescente é uma estratégia de valorização e cuidado com esses supervisores. O que me chamou atenção em várias entrevistas quando eu perguntava. “Tá, mas o estagiário tem algum servidor como referência de afeto e proximidade no setor? - Sim – era respondido. Então, quem seria essa pessoa? Questionava. – Os próprios supervisores. Então, como é a relação com os outros servidores no setor? Eu retornava a pergunta ao entrevistado, o que me era respondido com silêncio inicial. – Na verdade a proximidade é muito maior com o supervisor. ” Assim parece que existe essa relação de proximidade, mas em relação ao supervisor do que ao ambiente todo. Fica um pouco imperceptível como essas relações se estabelecem. Quando a sugestão de preparar os servidores surgiu tinha o sentido de preparar os servidores de maneira geral, para lidar com os estagiários e com o preconceito que existe nos próprios setores. Por parte dos servidores, esses relatos estariam muito

ligados às questões morais que ficam no imaginário dos outros servidores. Ou seja, o medo de roubos, de deixar os celulares em cima da mesa, etc. Por isso que muitos servidores, quando se tentou trazer o estagiário do PET, se opuseram, então, ficou difícil de receber os adolescentes. Foi preciso negociar e tudo isso demonstra que é preciso um preparo para que seja desmistificado de alguma forma o estigma que se tem dos adolescentes do PET.

Catia – Eu acho importante esse retorno que você está dando, pelo seguinte. Nos primeiros anos do programa... nos primeiros três ou quatro anos do programa, eu reunia os grupos antes, trazia alguma pessoa da FASE, que era normalmente o Troian, para trabalhar com eles sobre essas fantasias de “onde vou pôr a bolsa, onde vou deixar as chaves...”. Para que eles pudessem dizer tudo. O Troian falava qual era a natureza desses meninos e meninas. Quais eram os problemas que eles tinham. O que é real e o que é fantasia sobre o que a gente pensa deles. Só que com o tempo, qual foi o entendimento? É que o Programa tinha se estabelecido. E o que eu pensava é que as pessoas já conheciam o PET e que essas fantasias já não existiam mais, pois ele estava consolidado. E na verdade não, pelo que parece. Até porque os grupos mudam, entram pessoas novas... então, eu acho que está faltando essa conscientização, não só para aqueles que não querem receber, pois sabemos que são muitos; mas os próprios setores onde eles estão.

Rodrigo – Em duas entrevistas me apareceu outras questões, que eu colocaria em contraponto. As pessoas, ao mesmo tempo que disseram que não tinham esse estigma, se questionavam se poderiam deixar os estagiários com um processo ou se eles poderiam manipular o banco de dados dos magistrados. Por mais que se desvalorize o preconceito, neste dilema, acaba-se tendo certo receio da confiança que se daria a um estagiário do PET. Fica a questão moral se, enfim, se eles utilizarão de forma indevida esses documentos.

Sabrina – Os servidores trouxeram essas dúvidas?

Rodrigo – Sim. Não sei se dúvida, mas receio do impacto que isso poderia gerar no Tribunal.

Catia – Para você ver como é. Mesmo que exista esse preconceito, porque somos preconceituosos, porque, por exemplo, se você pegar qualquer um da “Lava Jato” e colocar aqui dentro, seria um perigo. Como se poderia colocar qualquer um deles, aqui dentro, lidando com os processos judiciais? Qualquer decisão deles pode movimentar com muito mais repercussão do que – estou citando a Lava Jato, mas qualquer um que

tenha problema com a justiça – os adolescentes. Os adolescentes não teriam esse interesse. Mas não... nosso receio não estaria com os políticos, advogados, etc.

Rodrigo – Entraria numa fantasia, em outro nível

Sabrina – Até pelo nível de educação que eles têm [adolescentes], o que será que eles poderiam fazer com esses dados? Eu fico pensando nisso.

Natasha – Uma coisa que eu acho importante trazer aqui. Antes de estagiar no Tribunal, eu estagiava com medida socioeducativa em meio aberto. Lá a gente tinha adolescentes com medidas de prestação de serviços comunitários e existia uma resistência da própria equipe em receber esses adolescentes no nosso espaço, por essa questão de medos de roubos e de furtos... que nem é o caso de roubos, mas de furto. Então é uma coisa...

Catia – Nossa, a própria equipe!

Rodrigo – Pois é.

Natasha - ... aonde você tem os próprios sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, todo o pessoal que trabalha na política da assistência e que têm essa posição. Para mim sempre foi muito difícil aceitar isso. Eu sempre bati o pé, mas fui vencida. Então, se você tem uma política que é para acolher esses adolescentes e ter uma compreensão diferenciada, também tem o outro lado. E também tem isso no Tribunal.

Sabrina – Vários desses adolescentes cometeram roubos e tal. Também não é uma fantasia louca que pode pegar alguma coisa, mas eu, logo que comecei a trabalhar no SETASA, tinha receio e aí com o tempo eu criei uma ideia de que essa proximidade com eles nos protegeria. Porque eles não vão querer estragar a relação que eles já têm aqui. Não que eles vão deixar de fazer qualquer coisa. Mas se eles forem fazer algo, aqui seria o último lugar. Meio que por aí eu fui pensando e elaborando os meus medos. Ontem, quando eu estava em uma palestra, e fui falar com um Juiz Federal (RS) sobre o Programa para estabelecer um Projeto na cidade dele, fiquei espantada com a posição desse juiz. Ele me disse: “é, tem que ver, porque ... (ele falou duas coisas que falamos aqui)... tem que ver porque o nosso trabalho é feito com processos eletrônicos. É um processo muito técnico e também não teria o que dar para eles fazer, então seria mais prejudicial do que ajudar. E daí também tem que cuidar essa coisa... porque eles têm uma predisposição para o crime e aí vão roubar as coisas lá dentro e não sei o que, não o que...” Ele falou, assim, em uma conversa de 5 min, em todas essas questões que são as primeiras, eu acho, que surgem com todo o público jurídico.

Natasha – Eu acho que com o público geral. Adolescente que está em medida de meio aberto ou fechado já tem aquela tarja “eu posso fazer coisas muito ruins”.

Catia – Nós perdemos locais que seriam preciosos para eles aqui dentro, indicados para algum nível de escolaridade, indicados mais pela área administrativa, por receio. As pessoas têm receios, medos, fantasias e não querem.

Rodrigo – Engraçado, porque isso aparece até mesmo entre os próprios estagiários, por exemplo, por trabalhar em determinados lugares como nas vagas para os cargos de jardinagem, onde teriam um trabalho mais laboral do que intelectual. Também aparece muito a relação da escolaridade e a dificuldade de portar, digamos, um vocabulário adequado para conseguir entender as coisas ditas no setor ou se comunicar mais clara e eficiente. Então, é interessante pensar que existe esse estereótipo dentro do próprio grupo que tratamos.

Catia – Tivemos uma situação assim, abriu uma vaga na área de manutenção predial. Então, colocamos um adolescente que seguidamente precisaria fazer pinturas e pequenos consertos no setor. Bem, achamos que seria muito legal para ele, no entanto, ele se sentiu uó, porque ele queria estar trabalhando no gabinete, na informática. Talvez seja um juízo de valor meu, mas tenho observado que eles também não se sujeitam a qualquer atividade. Aquilo que percebemos que os terceirizados fazem no Tribunal, muitos não se sujeitam, provavelmente, por que eles já tiveram uma experiência em outra área muito mais vantajosa com pouco trabalho. Eles dizem “não fazer trabalhinhos”, preferem uma coisa mais rápida e mais valorosa. Para concorrer com o tráfico, por exemplo, você precisa apresentar uma atividade muito mais atrativa do que fazer um trabalho de jardinagem. É concorrência e a gente percebe essas coisas. Não é fácil.

Rodrigo – Essa coisa da concorrência e atratividade do trabalho. O espaço construído aqui como um espaço atrativo em que o adolescente não cometa atos ilícitos. Mas quando os adolescentes saem da medida socioeducativa, parece que o mundo consegue cooptar eles de uma maneira maior, porque eles retornam a um ambiente vulnerável, então passam a ser mais vulneráveis. Os servidores trazem um sentimento de “culpa social”, culpa no sentido de não conseguirem recuperar esses adolescentes. Ouvi um caso de uma servidora. Ela trouxe que o adolescente mencionava para ela ser aliciado pelos traficantes da sua comunidade a comprar drogas, o que ele recusava. Então, depois de muita pressão, de tanto que aliciaram ele, o jovem acabou cedendo e voltando a usar a droga. A servidora traz a culpa de não ter dado maior atenção a essa questão, antes dele cair novamente nas drogas. Sentia-se como se ele pedisse orientação e ela havia não se

preocupado com essa fala. Na realidade, na minha percepção, por mais que ela desse atenção ela não poderia mudar as circunstâncias. Não mudaria a situação do adolescente de dependência e convívio com os traficantes da sua comunidade. Mas o sentimento de culpa permanecia com a servidora.

Natasha – Essa é uma questão que a gente precisa trabalhar com os servidores, pois por mais que se faça todo um esforço para que eles não reincidam num ato infracional ou, dependendo da idade, no crime. Essa questão vai muito do momento em que cada um está. A gente pode fazer todos os esforços do mundo para que aquela pessoa não trafique, mas ela acaba voltando a traficar. Por isso que acho que isso depende do momento de cada um, do tempo, não adianta reforçar demais se o adolescente internamente não está pronto. Às vezes, realmente, o tráfico é muito sedutor. As pessoas do tráfico começam a rir deles, “porque você trabalha o dia todo para tirar 400 pila no fim do mês”, enquanto você pode tirar 1000,00 no fim de um dia no tráfico. E essa questão do consumo é muito forte. Até nos atendimentos que eu faço, tem adolescentes que dizem “meu sonho é ter um tênis nike de 1000,00 reais”. Então, para eles terem esse tênis eles precisam trabalhar três meses aqui no PET. No tráfico é um ou dois dias, às vezes, uma semana. É bem complicado, mas é questão de cada um.

Rodrigo – Eu tinha uma hipótese quanto as condições de vida dos adolescentes, o que acabou não parecendo nos discursos que ouvi. Eu imaginava que os servidores teriam alguma compreensão quanto a vulnerabilidade dos adolescentes por viverem em espaços precários. Não que isso gerasse uma justificativa para os atos infracionais deles, mas como uma compreensão de que uma pessoa estando num espaço como tal e tendo, muitas vezes, um suporte familiar igualmente precário, poderia ser levada ao crime. Pelo consumo, por exemplo, todas as pessoas sofrem com isso, independente de classe ou das condições que têm para consumir, a pressão da mídia e o reforço ao consumo é grande em nossa sociedade.

Natasha – É um bombardeio...

Rodrigo – Adolescentes, de maneira geral, também trazem muito a necessidade de firmar uma identidade a partir do “ter”.

Catia – A percepção da vulnerabilidade não apareceu muito no discurso dos servidores?

Rodrigo – Não. Não apareceu muito essa construção: “tá eu entendo que os adolescentes vivem em um espaço precário que leva a esse caminho”, o que me parece a levar numa compreensão humanitária a dar sentido aos atos infracionais.

Natasha – É um contexto...

Rodrigo – Mais parece que é uma visão de...

Catia – É, como um erro individual.

Rodrigo – Sim! Como se fosse exclusivamente uma questão de...

Natasha – Uma questão de mal caráter...

Sabrina – Uma questão de menos esforço...

Natasha – Na verdade, eu compreendo com um conjunto de fatores. O interno e os externos, porque são vários. Então, são as duas coisas e uma coisa não anula a outra. Enfim, as duas juntas justificam.

Rodrigo – Um pouco dessas questões levam a um dos conceitos que eu estou usando de economias morais. Em como pensar quem é “mais culpado ou menos culpado”... como tem coisas que se aceita mais socialmente, se algum grupo específico fizer e se essa mesma coisa for realizada por outro se entenderia de maneira diferente. São discursos diferentes para uma mesma situação. Então por que estamos colocando discursos diferentes para essas pessoas? Se essa é uma proposta do Programa, aproximar os adolescentes dos servidores, espera-se que na convivência se perceba um mesmo sentido humano nas vidas. Inclusive, de pessoas que moram dentro de um mesmo contexto cultural, mas que ocupam espaços sociais diferentes. Todos estariam em um mesmo contexto econômico brasileiro, com as mesmas dificuldades e etc.

Sabrina – Tem essa coisa bem do individualismo, de carregar para o sujeito toda essa condição. Então, ontem eu me lembro no Colóquio que se estava falando (as técnicas da FASE) que tinha toda essa questão de assumir a culpa, refletir sobre o seu ato... que como isso é muito forte. Então alguém colocou: sim, é importante assumir a responsabilidade, dos atos infracionais, mas, assim, assumir a responsabilidade e conseguir dizer a sua versão do que aconteceu. Porque na maioria das vezes se diz que aconteceu algo, mas que não era bem como estava dito (não se tem o reconhecimento dos próprios atos). É necessário refletir sobre o fato, mas assumir a culpa é pensar em todo o contexto, tudo aquilo que levou ele. Então, há uma reflexão da sociedade junto, o que é diferente de colocar o peso em só um sujeito.

Rodrigo – Assim, para encerrar os tópicos, vamos falar das relações interpessoais, que muito pautam a maior parte das conversas com os servidores. A aproximação entre as pessoas, esse afeto na relação que dá oportunidade de ouvir e ver como são os dilemas de cada um, leva a um caminho diferente de um individualismo. Facilmente as pessoas recorrem a uma imagem social generalizada de que todo o bandido é igual, de que todo o

“favelado” não presta. Isso é um senso comum. Penso em afeto porque apareceu em muitas entrevistas como algo importante, como justificativa de se estar no Programa, pautado na relação com os adolescentes como algo importante.

Sabrina - Lembro de um vídeo do PIPA (Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei) que tem o Eduardo Martinelli Leal falando que a gente não pode ter a fantasia de que vamos mudar a vida desses adolescentes. Nós somos só mais um local, só mais uma pessoa que eles convivem. Mais um lugar que eles passam. É um atravessamento que tem na vida daquele sujeito, talvez fosse importante trabalhar isso com os supervisores.

Catia – Eu acho que sim. Precisamos retomar essas questões, fazer mais reuniões sistemáticas com eles. E com todo o grupo, o nosso grupo do SETASA. Cada um tem uma visão, mesmo que não tenhamos visões conflitantes, temos por óbvio visões de ângulos diferentes e conseguimos pensar essas questões juntos. Deve-se considerar como uma construção do grupo. Precisamos retomar esse trabalho com os supervisores. Também pedir para eles que se aliem a nós no convencimento de outras pessoas no Tribunal. Utilizando da experiência deles para achar vagas. Se tem dois ou três com um pensamento fechado, em um setor de dez pessoas...

Rodrigo – Se tem uma pessoa, que seja, já se cria o conflito.

Catia – É, não tem como forçar ninguém a aceitar um estagiário do PET. Tem que haver um consenso do grupo. Por isso o trabalho é difícil.

Rodrigo – Uma das servidoras me revelou que esteve envolvida com o Programa desde o seu início. Embora não sendo ela supervisora naquela época, sabia que existia o PET e já trabalhara num setor que os estagiários estavam presentes. Quando houve a oportunidade, então, de ter um estagiário mais próximo, muito tempo depois, ela relata que houve dificuldade para convencer os outros servidores do setor. Ela então traz a experiência para eles dizendo que não havia nada demais com os adolescentes, que havia passado por essa experiência anteriormente e era a mesma coisa do que ter outro estagiário. Então, ela constrói um discurso dizendo o quanto é difícil negociar dentro do setor essas questões. É difícil fazer uma colocação, mas ela conseguiu de alguma maneira. O setor que tem vários grupos de trabalho, por final, acabou aceitando uma vaga e influenciando positivamente outros que não estavam abertos aos estagiários. É interessante esse caso para pensar o quanto a proximidade é importante para diminuir o preconceito...

Sabrina – É. Vai transformando. Lembro que tinha um servidor, nessas capacitações da estagiária de assistência social do SETASA, que comentava o quanto ele se envergonhava em lembrar que reproduzia o discurso do senso comum de rejeição aos adolescentes, demonstrando com havia mudado. Por isso, eu acho que o programa traz muito mais benefício para essas pessoas do que para os estagiários. Ele é muito enriquecedor.

Rodrigo – Em outra entrevista, a servidora refletia o quanto colocar um estagiário em um setor poderia ser mais benéfico para as pessoas que trabalham no setor do que dar uma oportunidade de fato para o estagiário. “Estamos pensando em quem quando fazemos isso? Em transformar as pessoas que estão no setor ou dar uma oportunidade ao estagiário...”. Também, fica-me essa ideia. Enfim, entendo que o programa é sustentado muito pela figura diplomática da Catia e, enquanto referência para o Tribunal, tem todo um sentido para esta estrutura. Ao mesmo tempo, ele traz uma ação de aproximar socialmente as pessoas, traz várias questões sociais, e no final fica a pergunta de quanto é capaz de transformar as práticas de trabalho para os estagiários. Porque essas práticas não têm tanta transformação e incorporação de saberes por parte deles. Pegando um exemplo anterior, tem muitas coisas aqui que só as pessoas do direito podem realizar, então eles passando pelo estágio acabam não conseguindo reproduzir em outro lugar. Essa prática o estágio não oferece. O estágio traz, muito mais, uma prática social.

Catia – Muito mais em manter relações.

Sabrina – Nas capacitações com os servidores, foi falado o quanto o que eles aprendem aqui não serviria para mais nada no mercado de trabalho. Mas daí entra aquele paradoxo. Quando se oferece cursos profissionalizantes, como no POD, eles não querem. No final, eu acho que o Tribunal traz muito mais um empoderamento, o que serve para eles sentirem que estão sendo tratados de maneira diferente, que estão sendo acolhidos e tal. Num espaço que eles jamais pensariam circular antes. Isso, em um nível simbólico, tem esse resultado. É difícil pensar em um nível prático quais seriam as habilidades que eles desenvolveriam nesse tempo.

Catia – Habilidade laborais...

Sabrina – É.. e tem a ver com essa questão da autoestima e do empoderamento.

Catia – Até para o mundo do trabalho essa autoestima e empoderamento é importante para eles, lógico. Outra questão é a oportunidade de o Programa servir como trampolim, para os adolescentes em outras coisas. Porque aqui nós encaminhamos eles

para cursos e escolas. Entende-se que aqui não é o lugar onde eles vão ficar, nem preparamos eles para um concurso do Tribunal.

Sabrina – O tribunal também abre portas quando eles saem daqui de terem no currículo a referência Tribunal Regional Federal. Mesmo que a empresa saiba que eles estiveram na FASE, se ele passou pelo Tribunal é algo mais “seguro”.

Natasha – Sair com um certificado dizendo que estagiou aqui tem um status.

Rodrigo – Também tem as normas incorporadas com o trabalho, por exemplo, o cumprir horário, o comprometimento, ...

Sabrina – É a domesticação do corpo nesse espaço.

Rodrigo – Lembrando do encontro que participei com os servidores, promovido pela estagiária do serviço social do SETASA, recordo que a prof. Magda do PIPA/PSCS comentou que, uma vez que os adolescentes evadiram da escola, sendo esse o espaço onde se domesticaria o corpo do jovem, eles acabam domesticando o corpo no trabalho. Por isso a imagem de que o trabalho ensina me parece bastante válida. É a domesticação do corpo em ficar várias horas sentado, de ter relações sociais, de respeitar o outro, enfim, se comunicar de maneira formal.

Sabrina – É, porque quando eles se reúnem todos e começa aquela gritaria, começam a dar risadas altas, daqui a pouco, sempre vai ter alguém olhando e já dá uma abafada. Acho que eles mesmos já devem começar a notar que estão sendo inconvenientes. E daqui a pouco se faz o silêncio.

Catia – Por outro lado, existe um processo inverso: tem essa domesticação e o aprendizado em ficar no espaço de trabalho moldado um pouco aqui, mas, por outro lado, eles também se soltam aqui. Porque eles entram com muito medo, não sabendo onde pisar, depois eles adquirem desenvoltura para conversar, para rir, ... também existe um processo inverso. Deles virem acanhados e domesticados pelo sistema socioeducativo.

Sabrina – É. Porque na FASE tem toda uma norma.

Natasha – Até na maneira deles se dirigirem a nós, chamando de dona...

Catia – É. Até que, daqui a pouco, se precisa quebrar esse comportamento.

Sabrina – Os PETs logo se empoderam, então eles já sabem aonde é que dá para fumar ... como burlar as regras.

Catia – Sim, acabam ficando mais espertos.

Rodrigo – Essas coisas que você [Sabrina] trouxe das linhas de fugas e de como negociar as regras, acabam acontecendo não só com eles, mas também com os servidores que ocupam esse mesmo espaço... Enfim, quero propor que possamos revisar esse texto

na quarta-feira. Antes de eu mandar a última versão para minha orientadora, podemos ainda mexer nele, perceber se as falas transcritas representam o que queremos deixar com essa escrita colaborativa, bem como os outros capítulos, gostaria de apresentar para vocês para saber a opinião do grupo e sofrer transferências de vocês. Então, a gente tira um horário na quarta para fazer isso.

Catia, Sabrina e Natasha – Ok!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Educação pelo Trabalho, em seus onze anos de atividade, mostra-se fundamentalmente preocupado com o impacto social de suas ações na comunidade. O desejo de transformação, não só para os adolescentes do PET como também para os servidores do Tribunal, é evidente e reforçado no discurso dos atores sociais investigados. Mesmo que nem sempre fique claro quem são os mais beneficiados dessa relação - muitos servidores acreditam que mais aprendem com os adolescentes do que eles próprios podem ajudar a transformá-los -, encontrou-se relatos positivos da experiência com o programa.

Ainda, foi constatado que a maior dificuldade do PET consiste em desconstruir a imagem estigmatizada que os adolescentes carregam consigo, por serem oriundos do sistema socioeducativo. O estigma negativo impede que o programa seja melhor difundido no Tribunal, porque em alguns setores há o receio de trabalhar com adolescentes que cometeram atos infracionais. Aos setores que se abriram a possibilidade de receber um estagiário pet, percebeu-se que é possível ter uma relação positiva com os adolescentes e que as dificuldades apresentadas por eles são fruto da vulnerabilidade social a qual eles pertencem. O afeto entre os pares conduz esse percurso e a aproxima os dos mundos diferentes entre servidores e estagiários na relação de trabalho.

Ao mesmo tempo que existe esse afeto, que acolhe os estagiários nos setores, também existe repressão aos hábitos profissionais tidos como inadequados. Ou seja, os supervisores se põem sempre no papel de expressar valores morais na formação profissional dos estagiários, considerando a sua posição privilegiada e de adulto referência. A empatia humanitária dos servidores aparece no discurso moralmente estruturante do trabalho educativo, são tecnologia de governo a serviço da “recuperação” dos adolescentes. Em suma, a partir do trabalho e da orientação dos supervisores dos estagiários, identificou-se um discurso moral através da prática do trabalho educativo e em documentos como o Guia de Informações ao/às Estagiários/as.

Este documento é expressado como a possibilidade de negociação de um “bom comportamento” com o estagiário, que ao acumular faltas ou advertências pode perder a vaga no Programa. Mesmo que o SETASA se mostrou bastante flexível e compreensivo, em atender as variadas demandas assistências dos estagiários, também dando suporte aos supervisores, ainda precisa cumprir um sentido normativo dada as expectativas atreladas à mudança social que o Programa pretende gerar nos adolescentes.

Observou-se que a contribuição de uma “Antropologia Moral” se mostrou eficiente na construção do campo de discussão referente às práticas de governo e as dimensões avaliativas da vida da população. Também, destaca-se a importância dos trabalhos de Foucault (2002), Schuch (2009, 2012, 2015), Fonseca et al (2009a 2009b) e Fassin (2014). Entendeu-se que o investimento em uma etnografia colaborativa articularia melhor os conceitos em campo e daria conta de aproveitar o contingente altamente qualificado dos servidores do Tribunal em pesquisa ao PET.

Por fim, sugeriu-se, por parte dos supervisores, a necessidade de se trabalhar melhor os setores para receber os estagiários, sobretudo com aqueles novos supervisores, reforçando o caráter pedagógico do PET e educativo do trabalho do estagiário. Essa demanda deve ser encaminhada ao SETASA como sugestão de futuras abordagens e investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Rodrigo. **Virando a página: processos educacionais na socioeducação**. Resumo publicado em evento. Salão de Iniciação Científica (26.: 2014a out. 20-24: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/114168> Acessado em: 29/09/2015

Azambuja, Rodrigo; Telles, Camila; Costa, Luciano. **Virando a página: oficina de leitura e escrita com jovens em medida socioeducativa**. Resumo publicado em evento. Salão de Ensino (10.: 2014b out 20-24: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/110514> Acessado em: 29/09/2015

BRASIL, Casa civil. Lei. nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. DF, Presidência da República.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica** In.: A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p.17-62.

DUARTE, Sabrina. **Linhas de fuga, sujeitos e devires: o olhar dos jovens selecionados pelo sistema socioeducativo**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2014, 103p.

FASSIN, Didier. **Compaixão e Repressão: a economia moral das políticas de imigração na França; tradução de Gleicy MAilly da Silva e Pedro Lopes. Ponto Urbe**. 15, 2014.

FONSECA, Claudia. **Tecnologias globais de moralidade materna: as intersecções entre ciência e política em programas ‘alternativos’ de educação para a primeira infância**. In.: Fonseca, Claudia; Rohden, Fabiola; Machado, Paula Sandrine (orgs.). **Ciência na Vida: antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro nome, 2012. p. 253-275.

FONSECA, Claudia; MAGNI, C; PASINI, E; PAIM, H. **Trajetórias paralelas: uma avaliação de algumas meninas egressas da FEBEM-RS**. In.: Fonseca, C; Schuch, P (orgs.) **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009b, p65-92

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17de Março de 1976**. In: Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002, 285-315.

FREITAS, Jacqueline Lunelli de. **A eficiência e a eficácia no processo de (re)socialização dos adolescentes egressos da FASE/CASE: um estudo de caso em Passo Fundo (RS)**. Graduação em Direito – Faculdade Meridional IMED.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Roberto. **Antropologia e Moralidades**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_07.htm Acessado em: 01/09/2015.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**, vol.43, nov-dez, 2007, p.197-229.

SCISLESKI, A.C.C., REIS, C., HADLER, O., WEIGERT, M.A.B., GUARESCHI, N.M.F. Juventude e Pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. In.: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 64 (3): 19-34, 2012.

SEGABINAZZI, Catia. **Avaliação do Programa de Educação pelo Trabalho: um olhar crítico, desde a perspectiva dos atores envolvidos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Criança e do Adolescente da Fundação Superior do Ministério Público. Porto Alegre, 2012,78p.

SEGARRA, Josep Juan. **Paz entre nós, guerra aos senhores! Uma etnografia sobre o Bloco de Luta pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2015, p.198.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 292p.

_____. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Antropologia com Grupos Up, Ética e Pesquisa**. In.: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam; PETERS, Roberta (org). Experiências, Dilemas e Desafios do Fazer Etnográfico Contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p.29-48.

_____. **Justiça, cultura e subjetividade: tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil**, Revista Scripta Nova, Barcelona, 28p, 2012.

_____. **Projeto de Pesquisa: Práticas de Governo, cultura e subjetividade: etnografia dos cuidados de atenção à ‘juventude violenta’.** [Manuscrito], 2013. Disponível em CEP-UFRGS.

_____. **Antropologia pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin**, 2015 (no prelo).

SILVA, Anita. **O programa de Educação pelo Trabalho na vida dos adolescentes infratores.** Artigo (Graduação em Psicologia) – Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2012.

WEINTRAUB, Ana Cecília; VASCONCELLOS, Maria da Penha. **Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a população vulneráveis.** In.: Histórias, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013, p.1041-1055.

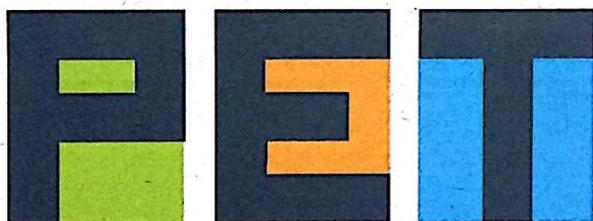
ANEXOS



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF4

Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Serviço social – SETASA

PROGRAMA EDUCACAO
PELO TRABALHO
10 ANOS



Informações ao/à Estagiário/a



PREZADO/A ESTAGIÁRIO/A

**Bem vindo ao PET –
PROGRAMA EDUCAÇÃO PELO
TRABALHO**

DICAS IMPORTANTES

O aproveitamento do estágio não é somente realizar seu trabalho, cumprir horário, etc, e sim uma experiência de caráter educacional, uma oportunidade de tomar novas decisões, conscientizar-se de suas responsabilidades e ganhar autonomia possibilitando a construção de um novo projeto de vida e a obtenção dos seus direitos. Por isso, lembre-se: você está entrando em um novo momento, que implica em adotar novas condutas!

- **FALTAS** deverão ser **comunicadas anteriormente ao seu supervisor** e **justificadas** ao SETASA (deverão ser apresentados atestados médicos quando ocorrer afastamento por saúde);
- **3 faltas não justificadas** devidamente levarão ao desligamento do estagiário do PET;
- O estágio no PET do TRF4 **não se limita ao trabalho**. O/a estagiário/a deve participar de atividades de **acompanhamento social, atividades educativas e pedagógicas**;
- **Serão realizadas atividades obrigatórias semanais ou quinzenais de acompanhamento social (individual e grupo)**;
- Serão realizadas atividades semanais do projeto *“Virando a página”*, onde são realizadas oficinas de produção de textos.
- Vista-se adequadamente! Estamos em um ambiente formal, não é permitido o uso de bonés e bermudas no interior do TRF4.
- **É expressamente proibido o uso e a comercialização de drogas no interior do TRF**. Atenção: Lembre-se que o TRF4 possui câmera de segurança em todas as suas dependências!

- Cada estagiário/a receberá um valor de R\$ 10,45/dia de vale-lanche. O intervalo para lanche é de **20 minutos**, não devendo ultrapassar esse tempo.
- Bolsa-auxílio de R\$ 463,93/mês.
- Por orientação da FASE/RS, enquanto o/a estagiário/a estiver em cumprimento de MSE na Fase/RS **não poderá sair do prédio do TRF4, a não ser a trabalho.**
- Durante o período do estágio no TRF4, serão **realizados cursos à distância (EAD)** de temas diversos, que servirão para seu aprendizado e aperfeiçoamento. Os cursos estão em fase de implementação.

PONTO: Todos os dias, o/a estagiário/a **deve apresentar-se ao SETASA para registrar horário de entrada e saída do estágio!** Atrasos devem ser compensados.

CRACHÁ: Possibilita o acesso ao TRF4. A perda ou extravio do mesmo deverá ser comunicada à Divisão de Transporte e Segurança térreo (prédio administrativo), com a apresentação de um boletim de ocorrência. O crachá **não poderá ser levado junto com você.** Ele deverá **ficar na portaria** do TRF na sua saída e pegá-lo na entrada;

TRANSPORTE: o auxílio transporte do/a estagiário/a que ainda está em cumprimento de MSE na FASE será retido em sua conta bancária. Após a finalização/progressão da MSE, o valor será liberado na conta (R\$ 6,50/dia).

ESCOLA: para a realização do estágio no PET é **obrigatório o vínculo e a frequência escolar.** Você deve apresentar **comprovante de matrícula** da escola com a extinção da MSE.

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: Você deve apresentar comprovante de residência (luz, água...) após a extinção da MSE.

DESCANSO REMUNERADO: Somente ao/a estagiário/a que tiver sua **permanência no PET por mais de um ano** e conforme **avaliação do setor** responsável pelo programa. Período: entre 16/12 a 14/01.

INTERNET: O uso da internet é **restrito.** É permitido somente o acesso aos sites gov.br. **Atenção:** Não será permitido o uso de **facebook.** Lembre-se que todos os computadores do Tribunal são monitorados pelo setor de informática.